

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CHINAIDER CARDOZO CRUVINEL

UM ESTUDO SOBRE OS RESTOS A PAGAR E A ANUALIDADE
ORÇAMENTÁRIA NAS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
ENTRE OS ANOS DE 2008 A 2013

GOIÂNIA-GO
NOVEMBRO 2014

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof.Ms. Ednei Morais Pereira
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS – FACE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

UM ESTUDO SOBRE OS RESTOS A PAGAR E A ANUALIDADE
ORÇAMENTÁRIA NAS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
ENTRE OS ANOS DE 2008 A 2013

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE da Universidade Federal de Goiás – UFG, sob orientação do Prof. Me. Johnny Jorge de Oliveira

GOIÂNIA-GO
NOVEMBRO 2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

Cardozo Cruvinel, Chinaider

Um estudo sobre os restos a pagar e a anualidade orçamentária nas despesas da Prefeitura Municipal de Goiânia entre os anos de 2008 a 2013. [manuscrito] / Chinaider Cardozo Cruvinel. - 2014.
67 f.

Orientador: Prof. Johnny Jorge de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Cidade de Goiás, 2014.


Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas, lista de tabelas.

1. Anualidade orçamentária. 2. Restos a pagar. 3. Carry-Over. I. Jorge de Oliveira, Johnny, orient. II. Título.

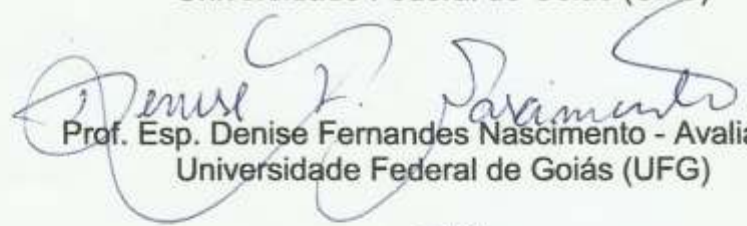
Chinaider Cardozo Cruvinel

**UM ESTUDO SOBRE OS RESTOS A PAGAR E A ANUALIDADE
ORÇAMENTÁRIA NAS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
ENTRE OS ANOS DE 2008 A 2013.**

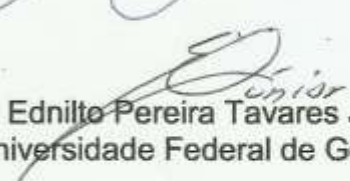
Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Me. Johnny Jorge de Oliveira - Orientador
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Esp. Denise Fernandes Nascimento - Avaliadora
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Me. Ednilto Pereira Tavares Júnior - Avaliador
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 01 de dezembro de 2014.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pelo amor, sabedoria,
incentivo e apoio incondicional.

À minha irmã, que mesmo à distância ainda
me apoia e me fortalece.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Pela dádiva de viver e pela capacidade de aprender.

Ao meu orientador,

Professor Johnny Jorge de Oliveira, pelo profissionalismo e dedicação em me guiar na realização deste trabalho.

RESUMO

Os restos a pagar se constitui num instrumento que permite o acúmulo de despesas ao longo dos anos, gerando impactos negativos sobre o planejamento e a execução das políticas públicas. Em alguns países desenvolvidos é utilizado o mecanismo denominado *carry-over*, em que o traslado das despesas orçamentárias fica condicionado à existência de recursos financeiros a serem executados no exercício seguinte, permitindo o fim dos cancelamentos de restos a pagar e priorizando o pagamento das despesas. A partir de amostras de empenhos de despesas inscritas extraídas do SOF – Sistema Orçamentário e Financeiro da Prefeitura Municipal de Goiânia analisou-se o tempo médio de execução das dotações orçamentárias por meio do acompanhamento do fluxo de Restos a Pagar. Os resultados indicaram que algumas despesas chegam a alcançar 4 (quatro) anos para sua execução. Assim, demonstra-se que as despesas vêm sendo fixadas acima da capacidade de execução do órgão público. Por meio da inscrição em restos a pagar, as dotações tramitam por mais de um exercício, dando ao orçamento características plurianuais, ferindo o Princípio da Anualidade, com a postergação dos pagamentos das despesas. Portanto, o *carry-over* surge como uma alternativa a ser adotada pelos entes públicos, que enfrentam dificuldades na execução de suas despesas.

Palavras-Chave: Anualidade orçamentária. Restos a Pagar. *Carry-over*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	12
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 PROBLEMA DA PESQUISA.....	14
1.5 RELEVÂNCIA.....	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1 DESPESA PÚBLICA	15
2.2 OS ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA	16
2.3 RESTOS A PAGAR	17
2.3.1 Restos a pagar processados.....	18
2.3.2 Restos a pagar não processados.....	18
2.4 <i>CARRY-OVER</i>	19
3 METODOLOGIA	20
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	20
3.1.1 Descrição do campo de pesquisa	20
3.1.2 Universo da pesquisa	20
3.1.3 Instrumento de coleta de dados	21
3.2 PROCESSO DE COLETA DOS DADOS.....	21
4. ANÁLISE DOS DADOS	22
4.1 A DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA	28
4.2 A ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA.....	30
4.3 TEMPO MÉDIO DE PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR.....	32
4.4 DA ADOÇÃO DO <i>CARRY-OVER</i>	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

ANEXOS	42
APÊNDICES	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGMG - Agência da Guarda Municipal de Goiânia
AMOB - Agência Municipal de Obras
AMTEC - Agência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiânia
AMMA - Agência Municipal de Meio Ambiente
AMT - Agência Municipal de Trânsito
DERMU - Departamento de Estradas e Rodagem do Município de Goiânia
FAC - Fundo de Apoio à Cultura
FACITEGO - Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia de Goiânia
FMACA - Fundo Municipal de Apoio à Criança e ao Adolescente
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
FMDC - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor
FMDU - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano
FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente
FMMDE - Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
FMS - Fundo Municipal de Saúde
FOSGO - Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia
FUMDEC - Fundação Municipal de Desenvolvimento Econômico e Comunitário
IMAS - Instituto Municipal de Assistência à Saúde e Social
IPSM - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SEFIN - Secretaria Municipal de Finanças
SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira
SMT - Secretaria Municipal de Trânsito
SOF - Sistema Orçamentário e Financeiro
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TCE-SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TCU - Tribunal de Contas da União

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média Anual de Restos a Pagar Processados da Prefeitura Municipal de Goiânia no Período de 2008 a 2013.....	22
Tabela 2 - Média Anual de Restos a Pagar não Processados da Prefeitura Municipal de Goiânia no Período de 2008 a 2013.....	23
Tabela 3 - Execução dos Restos a Pagar Cancelados.....	25
Tabela 4 - Execução dos Restos a Pagar Pagos	25
Tabela 5 - Execução dos Restos a Pagar Pendentes de Pagamento	26
Tabela 6 - Percentual de Evolução Anual de Restos a Pagar	27
Tabela 7 - Disponibilidade de Caixa da Prefeitura de Goiânia.....	29
Tabela 8 - Tempo Médio de Execução dos Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de Goiânia	32
Tabela 9 - Adoção do Carry-Over em Substituição aos Restos a Pagar Processados no Município de Goiânia.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pagamento de Restos a Pagar no Município de Goiânia no ano de 2012 - (Despesa 44905100 - Obras e Instalações)	31
Quadro 2 - Pagamento de Restos a Pagar no Município de Goiânia no ano de 2013 - (Despesa 44905100 - Obras e Instalações)	31

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Prefeitura Municipal de Goiânia tem enfrentado grandes problemas referentes à sua execução orçamentária e financeira, com destaque para os elevados índices de endividamento e aumento do comprometimento de seu orçamento com folha de pagamento.

Os restos a pagar se constituem num grande desafio às finanças públicas, pois se acumulam ao longo dos anos, gerando um orçamento paralelo ao aprovado pelo poder legislativo.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (2012) os restos a pagar de despesas processadas são aqueles cujo empenho foi entregue ao credor que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta ao pagamento. Os restos a pagar de despesa não processada são aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase de liquidação, isto é, o empenho foi emitido, porém o objeto adquirido ainda não foi entregue e ainda não liquidado.

O trabalho abordou a inscrição de restos a pagar na Prefeitura Municipal de Goiânia, e pretende responder à seguinte problemática:

Qual comportamento as despesas inscritas em restos a pagar assumem com a adoção do *carry-over* a partir da anualidade orçamentária na execução orçamentária e financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia entre os anos de 2008 a 2013?

O objetivo geral consistiu em estudar o impacto provocado pela anualidade orçamentária na inscrição de despesas em restos a pagar no município de Goiânia. Os objetivos específicos foram: mensurar o tempo médio de pagamento das despesas inscritas em restos a pagar da Prefeitura Municipal de Goiânia; e demonstrar o impacto da adoção do *carry-over* em nível municipal, que permite a flexibilização do princípio da anualidade orçamentária.

Atualmente muitos países desenvolvidos vêm adotando medidas de flexibilização do princípio da anualidade orçamentária, introduzindo perspectivas plurianuais a seus orçamentos, como o *carry-over*, que se destaca por ser um instrumento que permite usar em outros exercícios as dotações não utilizadas ou

economizadas, podendo ser adotado em todas as esferas públicas no Brasil, em especial a municipal.

A pesquisa é dividida em capítulos e subcapítulos, abordando a apresentação do trabalho, os objetivos, a justificativa do trabalho, o problema da pesquisa, sua relevância, a revisão bibliográfica, que possui como subitens a despesa pública, os estágios da despesa pública, restos a pagar, assim como os restos a pagar processados e os não processados e o *carry-over*.

A aplicação prática da teoria será apresentada com subitens e a descrição do campo de pesquisa, o universo da pesquisa, o instrumento e o processo de coleta de dados e a análise dos mesmos, as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

No Brasil existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle do Orçamento, que estão definidos na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A lei nº 4.320 estabelece os fundamentos da transparência orçamentária (art. 2º): "A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade". Para este trabalho nos interessa o Princípio da Anualidade que estabelece um período limitado de tempo para as estimativas de receita e fixação da despesa, ou seja, o orçamento deve compreender o período de um exercício, que corresponde ao ano fiscal.

Dentre as várias limitações à atividade administrativa impostas pela LRF, encontra-se a que proíbe o gestor público de contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato, "ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito", conforme o artigo 42 da Lei nº 4.320.

Estas obrigações, denominadas restos a pagar, têm como raízes a organização da atividade financeira do Estado em ciclos e a impossibilidade do cumprimento de determinadas despesas dentro de um ciclo.

Com foco no assunto supramencionado delimitou-se o tema: um estudo sobre os restos a pagar e a anualidade orçamentária nas despesas da Prefeitura Municipal de Goiânia entre os anos de 2008 e 2013.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Estudar o impacto provocado pela anualidade orçamentária na inscrição de despesas em restos a pagar no município de Goiânia.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Mensurar o tempo médio de pagamento das despesas inscritas em restos a pagar da Prefeitura Municipal de Goiânia.

b) Demonstrar o impacto da adoção do *carry-over* em nível municipal, que permite a flexibilização do princípio da anualidade orçamentária.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho contribuiu para se verificar não apenas o nível de planejamento e execução orçamentária do município de Goiânia entre os anos de 2008 a 2013, com a inscrição em restos a pagar das despesas empenhadas e não pagas, processadas e não processadas, além do período de pagamento dos restos a pagar de anos anteriores, como também na discussão sobre novos métodos que flexibilizam o princípio da anualidade orçamentária.

Conforme Carvalho (2012), entre os instrumentos que permitem uma nova abordagem do princípio da anualidade e o fim, ou a redução da inscrição de despesas em restos a pagar, ou Despesas de Exercícios Anteriores, está a adoção do *carry-over*, que é a permissão para se usar em outros exercícios dotações não utilizadas, sendo esta uma medida já adotada em parte em alguns países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com o objetivo de se disciplinar o aumento de gastos em finais de exercícios, em busca de uma maior eficiência dos gastos públicos.

1.4 PROBLEMA DA PESQUISA

No Brasil, a vigência das autorizações legislativas orçamentárias abrange somente um ano, coincidindo com o ano civil, (01 de janeiro a 31 de dezembro), sendo que, em regra, os saldos de dotações orçamentárias e de recursos financeiros não podem ser transferidos para o exercício seguinte. Assim, a administração pública fica limitada a um horizonte temporal para realizar despesas públicas, pressionando a execução orçamentária antes do fim do exercício, o que pode prejudicar a eficiência estatal na execução do orçamento (RIBEIRO, p. 02).

Na tentativa de identificar e analisar os efeitos dessa periodicidade do orçamento público brasileiro, este estudo tratou a seguinte questão: qual comportamento as despesas inscritas em restos a pagar assumem com a adoção do *carry-over* a partir da anualidade orçamentária na execução orçamentária e financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia entre os anos de 2008 a 2013?

1.5 RELEVÂNCIA

A escolha do tema justifica-se por sua relevância para o aperfeiçoamento do estudo das finanças públicas no Brasil, pois se torna essencial conhecer de forma mais aprofundada as limitações dos instrumentos adotados no ordenamento orçamentário em nível municipal.

Com o pagamento de despesas inscritas em restos a pagar sendo postergado para os próximos anos, as demandas anuais por investimentos do governo municipal, discutidas e aprovadas pela Câmara dos Vereadores para um determinado exercício, acabam se concentrando em obras previstas em programas anteriores, tendo como consequência uma redução dos investimentos previstos anualmente.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 DESPESA PÚBLICA

Segundo Pires (2006), despesa pública é o conjunto de dispêndios do Estado ou de outra pessoa de direito público para o funcionamento dos serviços públicos. Assim, a despesa é parte do orçamento, ou seja, é onde se encontram classificadas todas as autorizações para gastos com várias atribuições e funções governamentais. Em outras palavras, segundo o autor, as despesas públicas formam o complexo da distribuição e do emprego das receitas para o custeio de diferentes setores da Administração.

A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a criação da despesa pública e trata dos instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Conforme o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, a despesa orçamentária pública é aquela executada por entidade pública e que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais. É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade, sendo ela classificada em: Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Elemento de Despesa.

Conforme o Art. 37 da Lei nº 4.320 de 1964, as Despesas de Exercícios Anteriores são as despesas de exercícios encerrados, em que o orçamento contém saldo suficiente para atendê-lo, mas que não tenha sido processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, que poderão ser pagas em dotação específica do orçamento, em ordem cronológica.

2.2 OS ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (2012), a despesa orçamentária passa por duas etapas: planejamento e execução. O primeiro abrange a análise necessária à formulação do plano de ações de governo que servem de base para fixação da despesa orçamentária, descentralização/movimentação de créditos, programação orçamentária e financeira, e o processo de licitação e contratação.

Conforme previsto na Lei 4.320/1964 a segunda etapa corresponde à execução, dividida em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Conforme o art. 58 da Lei nº 4.320/64, o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição. Sua efetivação se dá após ser emitida a nota de empenho, onde é indicado o nome do credor, a especificação do produto ou serviço, o valor da despesa e o saldo da dotação desta despesa.

Segundo a Lei nº 4.320/64 existem três modalidades de empenho: ordinário, por estimativa e global. O empenho ordinário ocorre quando o montante a ser pago for previamente conhecido e deve ocorrer de uma só vez. O empenho por estimativa é aquele cujo montante não se possa determinar e o empenho global se dá quando o montante a ser pago é previamente conhecido e a despesa está sujeito a parcelamento.

Conforme a Lei nº 4.320/64 após o empenho é realizada a liquidação que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Após a fase de liquidação da despesa, ocorre a etapa do pagamento, sendo este o último estágio da despesa pública, que consiste no reconhecimento da autoridade competente determinando que seja realizado o pagamento da despesa.

2.3 RESTOS A PAGAR

Segundo o art. 36 da Lei n. 4.320/64, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro, de forma que qualquer obrigação contraída e que não possa ser integralmente paga no exercício financeiro deverá ter seu saldo remanescente inscrito em restos a pagar.

Fernandes (2004) destaca que os restos a pagar são compromissos financeiros exigíveis que compõe a dívida fluante decorrente da observância do Regime de Competência para as despesas.

Conforme Alves (2011), o gasto de final de ano é feito de forma apressada para não perder recursos, favorecendo a inscrição de despesas em restos a pagar.

A hipótese de que as instituições brasileiras dificultam a execução orçamentária, sendo a falta de integração entre os instrumentos orçamentários e a expansão dos gastos correntes, entre outras abordagens, tornam inevitável o contingenciamento para se obter a meta fiscal, sendo que as críticas aos restos a pagar não deveriam ser dirigidas para a ferramenta em si, mas para as instituições. (Mendes 2009 apud Carvalho 2012).

Por outro lado, ainda segundo Carvalho (2012), a maioria das publicações tem criticado os restos a pagar. Carvalho (2012) sugere adequação na normatização ou mesmo a extinção dos restos a pagar, além da adoção de um orçamento plurianual para as despesas de investimento como forma de melhorar a qualidade da gestão orçamentária em todas as esferas públicas.

Alves (2011) também destaca que, sendo o *float* a diferença entre as despesas inscritas em restos a pagar e a parcela de restos a pagar paga e/ou cancelada, os restos a pagar, por serem contabilizados como dívida fluante e, portanto, não integrarem a dívida líquida do setor público, são sedutores do ponto de vista fiscal, já que, por meio da utilização deste *float*, podem produzir estatísticas de endividamento artificialmente melhoradas, sendo este um dos maiores pontos negativos que envolvem a temática dos restos a pagar nas contas públicas no Brasil.

Segundo Alves (2011), o fundamento principal dos restos a pagar é resguardar o direito do credor, que poderá receber em exercício posterior daquele em que ocorreu o fato gerador do crédito, além de constituir uma forma de

financiamento do setor público, pois representam aumento de obrigações além da capacidade de pagamento do governo, comprometendo receitas de orçamentos futuros.

2.3.1 Restos a pagar processados

Conforme o MCASP (2012) restos a pagar processados dizem respeito às despesas que já passaram pelos estágios do empenho e liquidação, faltando apenas o pagamento. Não podem ser cancelados, pois o fornecedor já cumpriu com sua obrigação de entregar o bem, ou prestar os serviços e o poder público não pode deixar de cumprir com sua parte, o pagamento. Segundo o manual, são inscritas também as despesas que foram apenas empenhadas, mas não passaram ainda pelo estágio da liquidação, em função do prazo de entrega do material ou prestação dos serviços pelo credor ainda estar vigente, estes são os denominados restos a pagar não processados. Caso a despesa já tenha sido reconhecida e conseqüentemente liquidada, ela é definida como restos a pagar processados.

De acordo com o Decreto nº 93.872 de 1986, o prazo de prescrição dos restos a pagar processados é de cinco anos, mas caso haja cancelamento, o credor tem o prazo prescricional de dois anos e meio para cobrar seu direito de receber para despesas liquidadas, não podendo o prazo total ser inferior a sete anos e meio.

2.3.2 Restos a pagar não processados

Conforme o MCASP (2012) a inscrição de despesa em restos a pagar não processados é procedida após a anulação dos empenhos que não podem ser inscritos em virtude de restrição em norma do ente, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar e anulam-se as demais para, após, inscrevem-se os restos a pagar não processados do exercício.

Segundo o parágrafo único do art. 68 do Decreto nº 93.872/86, a inscrição de restos a pagar relativa às despesas não processadas terá validade até 31 de dezembro do ano subsequente. Porém, com o Decreto nº 7.654 de 2011, artigo 68, o

prazo foi ampliado para 18 meses, sendo a nova data de 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.

2.4 CARRY-OVER

Segundo Ribeiro (2010) o *carry-over* pode ser definido como a permissão para se usar nos próximos exercícios, dotações não utilizadas ou economizadas.

O *carry-over* pode fornecer ao órgão central de orçamento informações importantes sobre as reais necessidades de dotação orçamentária de cada órgão, e ainda apontam que a prática pode evitar problemas como o constrangimento dos gestores por findarem o exercício com recursos não utilizados, com a consequente perda desses recursos (Lienert e Ljungman2009 apud Carvalho 2012).

O *carry-over* tem como vantagens: promover o ganho de eficiência; evidenciar as reais necessidades de recursos dos órgãos; facilitar a execução de empreendimentos plurianuais; reduzir a rigidez dos procedimentos. Por outro lado pode gerar excesso de dotações acumuladas, perda de controle sobre as políticas públicas, comprometimento da tempestividade da implementação de políticas públicas, e aumentar o risco fiscal (Liernet e Ljungman2009 apud Carvalho 2012).

Segundo Alves (2011), os países adotantes do *carry-over*, o implementaram sob o argumento de que este mecanismo, ao flexibilizar a anualidade orçamentária, é capaz de reduzir ou mesmo eliminar, os picos de gastos públicos no fim dos exercícios financeiros.

Alves (2011) destaca que perspectivas plurianuais foram adotadas com sucesso em orçamentos anuais de diversas economias desenvolvidas, inclusive dos membros da OCDE, sendo tais mecanismos preferíveis aos orçamentos anuais, sendo que a Suécia se destaca por ter adotado o *carry-over* com sucesso no início da década de 1990, tendo como objetivo evitar o gasto excessivo em fim de exercício e melhorar o gerenciamento de recursos.

3METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O tratamento de dados foi feito por meio de análise documental, com abordagem quali-quantitativa, com procedimentos técnicos bibliográficos e documentais, analisando os impactos da anualidade orçamentária na inscrição de despesas em restos a pagar na execução orçamentária e financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia.

Também foi feita a relação dos atuais procedimentos de inscrição e pagamento de restos a pagar com o impacto da adoção do *carry-over* em nível municipal, permitindo a flexibilização do princípio da anualidade orçamentária.

3.1.1 Descrição do campo de pesquisa

A pesquisa verificou os dados descritos no Balanço Consolidado Geral da Prefeitura Municipal de Goiânia, no período de 2008 a 2013.

3.1.2 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa abrangeu os dados inseridos no Balanço Consolidado Geral da Prefeitura Municipal de Goiânia que foram publicados entre os anos de 2008 a 2013.

3.1.3 Instrumento de coleta de dados

A coleta dos dados foi realizada por meio de análise documental dos registros institucionais, considerando que a informação é estável e apresentada através dos Balanços já publicados. Adotou-se também a observação direta, que se trata de uma técnica de coleta confiável para observações com baixo nível de inferência.

3.2 PROCESSO DE COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados a partir de informações financeiras disponíveis no SOF – Sistema Orçamentário e Financeiro, com o sistema informatizado de programação e execução orçamentária e financeira dos órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta, estendendo-se pelas autarquias e fundações do Poder Executivo Municipal, sendo este o sistema responsável pelo controle de todas as despesas efetuadas pela Prefeitura Municipal de Goiânia.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados se dá inicialmente com a apresentação dos dados colhidos dos balanços e relatórios referentes aos restos a pagar e das disponibilidades financeiras do Município de Goiânia no período estudado, em conformidade com os dados em anexo, e posteriormente com a ordem cronológica de pagamentos de restos a pagar, a medição do tempo médio de pagamento e da adoção do *carry-over* em nível municipal.

A tabela 1 demonstra a média anual de restos a pagar processados do município de Goiânia. Os restos a pagar de exercícios anteriores tiveram seus valores ajustados a partir do ano de 2012, após o fechamento contábil.

Tabela 1 - Média Anual de Restos a Pagar Processados da Prefeitura Municipal de Goiânia no Período de 2008 a 2013

Ano Referência	Restos a Pagar Processados				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores ¹	Em 31/12			
2008	59.629.635,13	34.235.517,08	48.332.807,41	23.647.774,60	21.884.570,20
2009	21.866.528,99	8.564.835,84	434.640,07	8.848.815,37	21.147.909,39
2010	21.147.909,39	75.970.191,11	17.884.188,54	72.472.505,10	6.761.406,86
2011	6.761.406,86	28.403.382,67	7.824.535,78	24.449.663,16	2.890.590,59
2012	2.885.850,57	76.385.063,51	66.851.006,11	4.222.518,37	8.197.389,60
2013	7.709.821,05	68.226.059,49	48.136.239,13	971.336,15	26.828.305,26
Média	20.000.192,00	48.630.841,62	31.577.236,17	22.435.435,46	14.618.361,98

Fonte: Adaptado de Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo de Restos a Pagar**. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2008 a 2013. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/>. Acesso em: 30 ago.2014.

1. Valores ajustados após o fechamento contábil.

O ano de 2012 se destaca com o maior volume de restos a pagar processados inscritos, com R\$ 76.385.063,51, e o ano de 2013 com o maior volume de restos a pagar pendentes de pagamento, com um montante de R\$ 26.828.305,26, a serem transferidos aos próximos exercícios.

A maior média é encontrada nos valores inscritos em 31 de dezembro de seus respectivos anos, alcançando R\$ 48.630.841,62.

A seguir, a tabela 2 que apresenta a média anual de restos a pagar não processados do município.

Tabela 2 - Média Anual de Restos a Pagar não Processados da Prefeitura Municipal de Goiânia no Período de 2008 a 2013

Ano Referência	Restos a Pagar Não Processados					Saldo
	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
	Exercícios Anteriores	Em 31/12				
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-
2012	-	2.465.588,52	202.406,77	202.406,77	2.263.181,75	0,00
2013	-	2.176.886,82	1.744.990,54	1.744.990,54	16.502,57	415.393,71
Média	-	2.321.237,67	973.698,66	973.698,66	1.139.842,16	207.696,86

Fonte: Adaptado de Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo de Restos a Pagar.** Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2008 a 2013. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/>. Acesso em: 30 ago.2014.

A tabela 2 demonstra a média anual de restos a pagar não processados do município de Goiânia, que só passaram a ser relacionados a partir do ano de 2012.

Conforme a STN (2005), a inscrição em restos a pagar não processados do exercício em referência limita-se à suficiência de caixa, que representa a diferença entre o ativo financeiro e as obrigações financeiras.

Segundo a STN (2005) se a despesa for considerada como liquidada no exercício e por isto inscrita em restos a pagar e não for efetivamente liquidada no exercício seguinte deverá ser cancelada, pois não houve realização do serviço ou entrega do bem ou material. Após o cancelamento, se houver reativação do processo de realização do serviço ou do recebimento do bem ou material correspondente, tais valores deverão ser reempenhados no orçamento do exercício seguinte, no elemento 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, que são aquelas para as quais embora tenha havido crédito suficiente, não foi processado na época adequada.

Quanto à aplicabilidade do art. 359-F do Código Penal, conforme a STN (2005), que se refere ao não cancelamento de restos a pagar não processados:

“Art. 359-F. Deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.”

Portanto, segundo a STN (2005), a conduta correta para regularizar as inscrições de restos a pagar efetuadas sem disponibilidade de caixa é cancelar apenas os restos a pagar não processados e efetuar o pagamento das obrigações inscritas em restos a pagar processados.

Conforme o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Conforme Alves (2011), nos restos a pagar os recursos já foram comprometidos a determinado credor, mas o mesmo não acontece com a adoção do *carry-over*, em que os recursos são decorrentes de saldos positivos da execução orçamentária, ou seja, são recursos não utilizados e, por isso, podem ser empregados no próximo exercício.

Segundo Alves (2011), essa prática traria maior segurança aos credores, com o transporte da dotação ficando condicionado à existência de recursos financeiros, não existindo dúvidas por parte do credor quanto ao recebimento de seu direito. Assim, com a adoção do *carry-over*, estaria abolido o artifício do cancelamento dos restos a pagar por falta de recursos financeiros.

A tabela 3 abaixo demonstra o percentual de execução dos restos a pagar inscritos em relação aos cancelados da Prefeitura Municipal de Goiânia no período analisado.

Tabela 3 - Execução dos Restos a Pagar Cancelados

Ano Referência	Inscrito	Cancelado	Cancelado/Inscrito (%)
2008	34.235.517,08	48.332.807,41	141,18
2009	8.564.835,84	434.640,07	5,07
2010	75.970.191,11	17.884.188,54	23,54
2011	28.403.382,67	7.824.535,78	27,55
2012	76.385.063,51	66.851.006,11	87,52
2013	68.226.059,49	48.136.239,13	70,55
Média	48.630.841,62	31.577.236,17	59,24

Fonte: Adaptado de Diário Oficial do Município de Goiânia. Elaboração Própria (2014).

O percentual dos restos a pagar cancelados em relação aos inscritos apresenta grande variação na série histórica de 2008 a 2013, sendo que o ano de 2009 apresenta o menor percentual com 5,07%.

A tabela 4 abaixo apresenta a execução dos restos a pagar quitados em relação aos inscritos.

Tabela 4 - Execução dos Restos a Pagar Pagos

Ano Referência	Inscrito	Pago	Pago/Inscrito (%)
2008	34.235.517,08	23.647.774,60	69,07
2009	8.564.835,84	8.848.815,37	103,32
2010	75.970.191,11	72.472.505,10	95,40
2011	28.403.382,67	24.449.663,16	86,08
2012	76.385.063,51	4.222.518,37	5,53
2013	68.226.059,49	971.336,15	1,42
Média	48.630.841,62	22.435.435,46	60,14

Fonte: Adaptado de Diário Oficial do Município de Goiânia. Elaboração Própria (2014).

Verifica-se que o município vem perdendo sua capacidade de pagamento de restos a pagar desde o ano de 2009, se constituindo em dívida flutuante, sendo que o ano de 2013 se destaca por apresentar o menor valor pago de restos a pagar com um montante de R\$ 971.336,15, e com o menor percentual pago em relação ao valor inscrito de toda a série histórica com 1,42%, indicando uma menor capacidade de pagamento por parte do tesouro municipal neste ano.

Conforme relatório das contas do exercício de 2011 do Tribunal de Contas da União, TCU (2012), o volume crescente de inscrição de despesas empenhadas em restos a pagar representa risco para a programação financeira do Governo Federal, o mesmo valendo para os municípios, com impactos potenciais negativos sobre o planejamento e a execução das políticas públicas. Segundo o relatório, embora não demande nova dotação orçamentária, o pagamento dos restos a pagar é feito com recursos financeiros dos exercícios posteriores, os quais também necessitam cobrir, cumulativamente, as despesas do respectivo orçamento em curso.

Têm-se abaixo a tabela 5, com a execução dos restos a pagar pendentes de pagamento em relação aos inscritos.

Tabela 5 - Execução dos Restos a Pagar Pendentes de Pagamento

Ano Referência	Inscrito	A pagar	A pagar/Inscrito (%)
2008	34.235.517,08	21.884.570,20	63,92
2009	8.564.835,84	21.147.909,39	246,92
2010	75.970.191,11	6.761.406,86	8,90
2011	28.403.382,67	2.890.590,59	10,18
2012	76.385.063,51	8.197.389,60	10,73
2013	68.226.059,49	26.828.305,26	39,32
Média	48.630.841,62	14.618.361,98	63,33

Fonte: Adaptado de Diário Oficial do Município de Goiânia. Elaboração Própria (2014).

O ano de 2009 teve seu maior pico, com 246,92% de restos a pagar pendentes de pagamento em relação aos inscritos, demonstrando que o valor que foi inscrito inicialmente em restos a pagar do orçamento de 2009, não foi cancelado ou pago em 2009, sendo transferido para o ano de 2010, que obteve o maior quantitativo de restos a pagar pagos.

No ano de 2013, o montante de restos a pagar pagos voltou a subir em relação aos inscritos, com 39,32%, sendo transferido para os anos posteriores.

A tabela 6 abaixo analisa o percentual de evolução anual dos restos a pagar da Prefeitura de Goiânia, que apresenta grande variação ano a ano.

Tabela 6 - Variação Percentual Anual de Restos a Pagar Inscritos, Pagos e Cancelados

Ano Referência	Ingresso	Ingresso (%)	Pagamento	Pagamento (%)	Cancelamento	Cancelamento (%)
2008	34.235.517,08	-	23.647.774,60	-	48.332.807,41	-
2009	8.564.835,84	-74,98	8.848.815,37	-62,58	434.640,07	-99,10
2010	75.970.191,11	787,00	72.472.505,10	719,01	17.884.188,54	4.014,71
2011	28.403.382,67	-62,61	24.449.663,16	-66,26	7.824.535,78	-56,25
2012	76.385.063,51	168,93	4.222.518,37	-82,73	66.851.006,11	754,38
2013	68.226.059,49	-10,68	971.336,15	-77,00	48.136.239,13	-27,99
Média	48.630.841,62	161,53	22.435.435,46	86,09	31.577.236,17	917,15

Fonte: Adaptado de Diário Oficial do Município de Goiânia. Elaboração Própria (2014).

O ano de 2009 apresenta reduções de despesas inscritas em relação ao ano de 2008 (-74,98%), o que se repete nos anos de 2011 em relação a 2010 (-62,91%), e em 2013 com relação a 2012 (-10,68%).

O ano de 2010 apresenta a maior variação percentual em relação ao ano anterior em todos os quesitos, com 787% de aumento em restos a pagar ingressos, 719,01% de pagamentos, demonstrando que houve pagamentos em relação a anos anteriores superiores a 100%, e 4.014,71% de cancelamentos.

Com uma média de cancelamentos bem superior à média de pagamentos, com a adoção do *carry-over*, conforme já explicitado, esta prática seria eliminada com a existência de superávit financeiro.

A Lei nº 4.320, de 1964 não fixou prazo de validade para a despesa inscrita em restos a pagar. Porém a orientação formal quanto a esse prazo somente veio a existir com o Decreto nº 93.872, de 1986, posteriormente alterado pelo Decreto nº 6.708, de 2008, em que fica fixado o prazo de um exercício financeiro:

Art. 68. A inscrição de despesas como restos a pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa.

Parágrafo único. A inscrição de restos a pagar relativa às despesas não processadas terá validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

A consequência dessa sistemática é que os restos a pagar são inscritos e reinscritos anualmente, o que permite o pagamento de despesas vários anos após a data do respectivo empenho, constituindo-se em verdadeiro orçamento plurianual,

sendo agravado pela morosidade dos órgãos legislativos na aprovação dos orçamentos anuais, levando os gestores a postergarem o pagamento dos restos a pagar ano após ano.

4.1 A DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

Conforme Vasconcelos (2010), as obrigações de despesas resultantes da execução orçamentária que não forem pagas até o encerramento do exercício serão inscritas em restos a pagar processados (relativos a despesas liquidadas) e não processados (relativos a despesas não liquidadas).

Vasconcelos (2010) destaca que a adequada evidenciação da suficiência ou insuficiência financeira ao final do exercício depende da correta escrituração destas duas contas. Contudo, há diversos autores que defendem que os restos a pagar inscritos não podem superar o montante das disponibilidades financeiras, além disso, que as notas de empenho das despesas que superem este limite deverão ser canceladas. Tendo em vista que, atualmente, para figurar no passivo das entidades públicas as despesas deverão ser inscritas em restos a pagar, o cancelamento de notas de empenho representa, do ponto de vista contábil, a subevidenciação das obrigações patrimoniais.

Slomski (2003) entende que só poderá ser inscrito em restos a pagar o montante relativo à disponibilidade financeira existente ao final do mandato. Ao tratar dos lançamentos contábeis de encerramento do exercício financeiro, o autor afirma que as notas de empenhos de despesas não liquidadas devem ser anuladas, se não houve disponibilidade financeira suficiente à sua inscrição em restos a pagar, procedendo-se à emissão de novas notas de empenho no exercício vindouro, como despesa de exercícios anteriores. Assim procedendo, os demonstrativos contábeis deixarão de evidenciar as obrigações assumidas pelo poder público sem lastro financeiro.

Porém, segundo Vasconcelos (2010), com a extinção do artigo 41 da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que se determinava a observação dos limites globais de empenho e movimentação financeira para a inscrição em restos a pagar, deixou-se de ter uma autorização legal, muito menos obrigação imposta por lei, para que se

promova o cancelamento de empenho, caso os restos a pagar sejam superiores às disponibilidades financeiras.

Assim, o demonstrativo das disponibilidades de caixa visa dar transparência ao montante disponível para fins de inscrição em restos a pagar de despesas liquidadas ou não, cujo limite é a disponibilidade de caixa líquida, demonstrando se o órgão possui liquidez para arcar com suas obrigações financeiras assumidas.

Segue-se a tabela 7, com a Disponibilidade de Caixa da Prefeitura de Goiânia, evidenciada conforme os totais de recursos vinculados, que são aqueles que têm de ser aplicados em determinada despesa, com saúde e educação, e os não vinculados que podem ser aplicados em qualquer despesa, conforme os anexos.

Tabela 7 - Disponibilidade de Caixa da Prefeitura de Goiânia

Ano	Disponibilidade de Caixa Bruto	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Líquido
2008	-	-	-
2009	321.180.538,91	205.420.261,71	115.760.277,20
2010	175.730.524,70	99.042.736,91	76.687.787,79
2011	214.541.580,09	211.803.565,64	2.738.014,45
2012	487.378.837,85	154.973.073,97	332.405.763,88
2013	140.949.262,19	274.014.051,24	-133.064.789,05
Total	1.339.780.743,74	945.253.689,47	394.527.054,27

Fonte: Adaptado de Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**. Relatório de Gestão Fiscal. 3º Quadrimestre de 2008 a 2013. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/>. Acesso em: 15 set.2014.

Desprezando-se o ano de 2008, em que não havia a publicação do demonstrativo da Disponibilidade de Caixa por parte Prefeitura Municipal de Goiânia, fica demonstrada uma insuficiência de caixa no importe de R\$ 133.064.789,05 em 31/12/2013, situação que se agravou substancialmente em relação a 2012. Enquanto a disponibilidade bruta dos recursos vinculados e não vinculados perfaz a quantia de R\$ 140.949.262,19, as obrigações financeiras somam a quantia de R\$ 274.014.051,24.

4.2 A ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

Com a aferição dos empenhos inscritos em restos a pagar e as ordens de pagamento do município de Goiânia, tendo como base os anos de 2012 e 2013, em que houve a divisão da inscrição de restos a pagar em processados e não processados, conforme a adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade pública por parte do município de Goiânia se verificou que os pagamentos de restos a pagar destes anos não obedeceram à ordem cronológica de pagamento, que, conforme o artigo 5º da Lei nº. 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública:

Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Para análise das informações, verificou-se a diferença do número de dias entre a data da liquidação da despesa e a data de seu pagamento. Quanto menor a diferença de datas, mais rápido foi o processo de pagamento dos restos a pagar inscritos.

Conforme o quadro 1 abaixo, foram retiradas amostras para exemplificação e evidenciação da quebra de ordem cronológica de pagamento dos restos a pagar no elemento de despesa 44905100, referente a Obras e Instalações, ou seja, despesas que foram liquidadas em data mais recente, tiveram seu pagamento em detrimento de outros restos a pagar liquidados anteriormente, sendo resguardados os nomes dos credores.

Quadro 1 - Pagamento de Restos a Pagar no Município de Goiânia no ano de 2012 - (Despesa 44905100 - Obras e Instalações) – R\$ 1,00

Nº	Ano do Empenho	Data de Inscrição	Valor Inscrito	Data de Liquidação	Data de Pagamento	Valor de Pagamento	Diferença de Dias (Liquidação - Pagamento)
1	2011	01/01/2012	1.677.036,75	12/07/2012	13/07/2012	401.239,02	1
2	2011	01/01/2012	1.677.036,75	25/09/2012	26/09/2012	320.000,00	1
3	2011	01/01/2012	1.677.036,75	14/09/2012	18/09/2012	638.518,37	4
4	2011	01/01/2012	273.237,00	07/05/2012	15/05/2012	255.561,17	8
5	2011	01/01/2012	1.677.036,75	25/09/2012	03/10/2012	317.279,36	8
6	2011	01/01/2012	146.458,64	22/12/2011	28/12/2012	146.458,64	372
7	2011	01/01/2012	3.704,00	14/04/2011	13/06/2012	3.704,00	426
8	2011	01/01/2012	100.692,00	03/01/2011	13/06/2012	53.300,00	527
9	2011	01/01/2012	499.404,02	01/06/2011	20/12/2012	57.900,60	568
10	2011	01/01/2012	499.404,02	01/06/2011	28/12/2012	69.780,97	576

Fonte: SOF - Sistema Orçamentário e Financeiro da Prefeitura de Goiânia (2014).

Com base no quadro acima, evidencia-se o pagamento de restos a pagar no dia 13/07/2012, no valor de R\$ 401.239,02, de despesa contraída junto a uma empresa credora, que foi liquidada em 12/07/2012, perfazendo a diferença de apenas um dia entre a liquidação e o pagamento.

Por outro lado, o pagamento no valor de R\$ 69.780,97, referente à despesa liquidada em 01/06/2011 foi realizado em 28/12/2012, ou seja, 576 (quinhentos e setenta e seis) dias após sua liquidação. O mesmo parâmetro de pagamentos se dá conforme o quadro 2 abaixo, relativo ao ano de 2013:

Quadro 2 - Pagamento de Restos a Pagar no Município de Goiânia no ano de 2013 - (Despesa 44905100 - Obras e Instalações) – R\$ 1,00

Nº	Ano do Empenho	Data de Inscrição	Valor Inscrito	Data de Liquidação	Data de Pagamento	Valor de Pagamento	Diferença de Dias (Liquidação - Pagamento)
1	2012	01/01/2012	218.494,70	27/12/2012	29/01/2013	218.494,70	33
2	2012	01/01/2012	30.000,00	27/12/2012	29/01/2013	30.000,00	33
3	2012	01/01/2012	138.644,33	26/12/2012	29/01/2013	138.644,33	34
4	2012	01/01/2012	608.208,99	02/01/2013	07/02/2013	607.176,34	36
5	2012	01/01/2012	229.160,53	19/12/2012	29/01/2013	93.406,60	41
6	2012	01/01/2012	185.954,20	18/12/2012	29/01/2013	97.315,31	42
7	2012	01/01/2012	175.858,83	18/12/2012	29/01/2013	67.151,91	42
8	2012	01/01/2012	10.229,65	20/12/2012	25/04/2013	10.229,65	126
9	2012	01/01/2012	190.214,62	29/11/2012	24/04/2013	190.214,62	146
10	2012	01/01/2012	51.186,67	26/10/2012	28/08/2013	51.186,67	306
11	2012	01/01/2012	15.963,70	28/12/2012	11/11/2013	15.963,70	318
12	2012	01/01/2012	47.037,67	28/12/2012	19/11/2013	47.037,67	326

Fonte: SOF - Sistema Orçamentário e Financeiro da Prefeitura de Goiânia (2014).

Com a adoção desta prática em relação aos restos a pagar do município, pode-se ter como consequência um maior descompasso em relação ao cumprimento do cronograma mensal de desembolso de pagamento, além de não se atingir as metas de gestão fiscal, orçamentária e financeira.

Conforme relatório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, TCE-SC (2009), com a quebra de ordem cronológica de pagamentos de restos a pagar, ficam demonstrados que os critérios de pagamento de restos a pagar não obedecem aos princípios de isonomia, evitando que a Administração Pública dê um tratamento diferenciado entre seus vários fornecedores; da segurança jurídica, em que o fornecedor poderá lançar sua proposta com a consciência de que irá receber a contraprestação pactuada; e por fim, da economicidade, em que se dá credibilidade e confiança ao contratante, o qual, sabedor do recebimento da contraprestação, não incluirá no custo dos produtos ou serviços prestados os valores decorrentes da demora do pagamento.

4.3 TEMPO MÉDIO DE PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

Um dos objetivos do trabalho é mensurar o tempo médio de execução das despesas inscritas em restos a pagar da Prefeitura Municipal de Goiânia. Utilizando-se os dados de 2012 e 2013, que compreendem valores em conformidade com a adoção das normas internacionais de contabilidade pública, e se observando a amostra anual de empenhos contidas nas tabelas em anexo chegou-se ao tempo médio descrito na tabela 8 abaixo:

Tabela 8 – Tempo Médio de Execução dos Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de Goiânia

Restos a Pagar Inscritos em 2012				Restos a Pagar Inscritos em 2013			
Ano dos Empenhos	Valores Inscritos da Amostra	Valor Total dos Pagamentos	Média de Dias (Liquidações - Pagamentos)	Ano dos Empenhos	Valores Inscritos da Amostra	Valor Total dos Pagamentos	Média de Dias (Liquidações - Pagamentos)
2012	-	-	-	2012	24.747.201,81	14.420.631,54	157
2011	61.659.501,81	17.872.012,05	178	2011	7.607.652,33	1.673.120,33	431
2010	248.131,23	163.831,23	612	2010	11.870,00	11.870,00	1157
2009	6.793,06	6.793,06	1.085	2009	-	-	-
2008	-	-	-	2008	19.300,03	19.300,03	1.718
Total	61.914.426,10	18.042.636,34	-	Total	32.386.024,17	16.124.921,90	-

Fonte: Adaptado de SOF - Sistema Orçamentário e Financeiro da Prefeitura de Goiânia. Elaboração Própria (2014).

Conforme essa tabela, a média de dias entre liquidações e pagamentos chega a alcançar mais de 4 (quatro) anos no caso de despesa empenhada no ano de 2008, que foi reinscrita ano após ano e paga no ano de 2013. A partir das amostras coletadas se observa que, dentre os valores inscritos e os valores totais pagos, restam saldos a pagar que continuarão a serem reinscritos nos próximos anos.

Conforme Carvalho (2012), os restos a pagar induzem a plurianualidade do orçamento brasileiro, já que a despesa autorizada fica para ser realizada em outros exercícios, e não apenas o seu pagamento, sendo que este não é o fluxo normal da dotação, já que no Brasil adota-se o princípio da anualidade orçamentária.

Pelos dados, é forte o indício de que a grande expansão na inscrição em restos a pagar resulta de uma falha no planejamento orçamentário, com concessão de empenhos superiores a capacidade de execução por parte do município de Goiânia, e que o prazo para realização do orçamento vem crescendo, sendo que neste período o princípio da anualidade foi sempre quebrado.

4.4 DA ADOÇÃO DO CARRY-OVER

Com o traslado das dotações orçamentárias condicionados à existência de recursos financeiros, e com o fim dos cancelamentos de restos a pagar, priorizando seu pagamento, o Demonstrativo de Restos a Pagar assumiria uma nova forma, com a adoção do *carry-over*.

Alves (2011) destaca que, quanto à questão fiscal, o *carry-over* também apresenta vantagens sobre os restos a pagar, já que o resultado primário dos governos seria limitada, evitando-se assim a majoração artificial de superávits. Na verdade, segundo o autor, o maior risco fiscal do *carry-over* é a execução de grande parte da reserva em um único exercício, o que poderia prejudicar os indicadores fiscais e o resultado primário de determinado período.

A tabela 9 abaixo consiste no princípio da adoção do *carry-over*, com a análise da Disponibilidade Financeira Bruta do município em relação aos restos a pagar.

Tabela 9 – Adoção do Carry-Over em Substituição aos Restos a Pagar Processados no Município de Goiânia

Ano	Saldo de Restos a Pagar do Exercício Anterior	Movimento do Exercício			Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Disponibilidade	Baixa	
		Ingresso	Financeira	Pagamento	
2008	-	-	-	-	-
2009	21.866.528,99	8.564.835,84	321.180.538,91	30.431.364,83	0,00
2010	0,00	75.970.191,11	175.730.524,70	75.970.191,11	0,00
2011	0,00	28.403.382,67	214.541.580,09	28.403.382,67	0,00
2012	0,00	76.385.063,51	487.378.837,85	76.385.063,51	0,00
2013	0,00	68.226.059,49	140.949.262,19	68.226.059,49	0,00

Fonte: Adaptado de Diário Oficial do Município de Goiânia. Elaboração Própria (2014).

Conforme essa tabela 8, as disponibilidades de caixa verificadas nos balanços contidos em anexo, exceto a do ano de 2008 que não foi publicada, seriam utilizadas para o pagamento dos restos a pagar inscritos, não existindo o adiamento destes pagamentos, que acabam por criar um orçamento paralelo nos anos seguintes, e ao apresentar superávits que encobrem a real situação financeira do ente público.

Alves (2011) destaca que nos termos do art. 43 da Lei n. 4.320/1964 § 2º, a lei define como deve ser apurado o superávit financeiro:

Art. 43.

[...]

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas”.

Assim, conforme Alves (2011), o superávit financeiro é usado como fonte de recursos para a abertura de créditos especiais e suplementares no exercício seguinte. Porém, este fato não autoriza a classificação do *carry-over* como superávit financeiro.

Segundo o autor, como o superávit financeiro de um exercício X0 não pode ser lançado como receita orçamentária do exercício X1, e considerando que os créditos especiais e suplementares abertos à conta do superávit financeiro figurarão como despesa orçamentária em X1, a abertura desses créditos pode provocar um resultado negativo na execução orçamentária de X1. Com o *carry-over*, as dotações

não utilizadas em X0 são incorporadas ao orçamento de X1; assim a execução do *carry-over* não geraria desequilíbrio orçamentário.

Além disso, Alves (2011) destaca que o *carry-over* não é afetado pela inscrição de despesas em restos a pagar, pois os recursos utilizados em um exercício advêm do exercício anterior, sendo apenas carreados nos limites dos saldos das dotações. O superávit financeiro, por sua vez, é negativamente afetado pela majoração dos restos a pagar, uma vez que: i) representa a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro; e ii) os restos a pagar são parcela significativa do passivo financeiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme abordado, os restos a pagar são inscritos e reinscritos anualmente, e suas despesas são pagas após longos períodos, o que se agrava pela morosidade dos órgãos legislativos na aprovação dos orçamentos anuais, levando os gestores a postergarem o pagamento dos restos a pagar ano após ano.

Desse modo, os restos a pagar formam um entrave aos investimentos nos orçamentos públicos, com as despesas sendo deixadas para os anos seguintes, e tornando seus pagamentos inviáveis. Portanto, a adoção do *carry-over*, que se constitui como um dos instrumentos mais utilizados em países da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, pode ser um mecanismo alternativo e aplicável ao Brasil e aos municípios brasileiros.

Constatou-se por meio da análise dos dados que o município de Goiânia vem perdendo sua capacidade de pagamento de restos a pagar desde o ano de 2009, sendo que o ano de 2013 se destaca por apresentar o menor valor pago de restos a pagar.

O cancelamento de restos a pagar por parte do município de Goiânia apresentou uma média de 59,24% entre os anos de 2008 e 2013. Com a adoção do *carry-over*, estaria abolido o artifício do cancelamento dos restos a pagar por falta de recursos financeiros, como analisado por meio da Disponibilidade de Caixa Bruto, não existindo dúvidas por parte do credor quanto ao recebimento de seu direito. Além do adiamento destes pagamentos, que acabam por criar um orçamento paralelo nos anos seguintes, e ao apresentar superávits que encobrem a real situação financeira do ente público, produzindo estatísticas de endividamento que podem não ser fidedignas.

Conforme os dados encontrados, o ano de 2013 mais uma vez se destaca por apresentar Obrigações Financeiras acima das Disponibilidades de Caixa Bruto, sendo inaplicável a adoção do *carry-over* neste exercício.

Durante a pesquisa, foram observados fatos relativos à Ordem Cronológica de Pagamento de restos a pagar por parte do município de Goiânia. Constatou-se

que a diferença do número de dias entre a data da liquidação da despesa e a data de seu pagamento não obedeceram aos princípios de isonomia, evitando que a Administração Pública dê um tratamento diferenciado entre seus fornecedores.

Analisando o fluxo de restos a pagar a partir de amostras de empenhos de despesas inscritas em 2012 e 2013, calculou-se o tempo médio de execução, concluindo-se que tiveram um longo prazo para sua execução, podendo alcançar até 4 anos para seu pagamento, além de serem reinscritas ano após ano.

Procurando responder ao problema levantado, a respeito do comportamento que assume a anualidade orçamentária em relação à inscrição de despesas em restos a pagar, tem-se que este princípio não é atendido pelo ente público, com a postergação dos pagamentos das despesas, que são reinscritas em diversos exercícios, criando despesas plurianuais que distorcem a capacidade de planejamento e execução orçamentária, não havendo o efetivo atendimento das demandas públicas.

Assim, o trabalho demonstrou que o volume excessivo de inscrições de restos a pagar é uma consequência da fixação de dotação acima da capacidade de execução por parte dos gestores municipais e que o grande tempo de execução dessas despesas é reflexo da baixa eficiência deste mecanismo contábil adotado no Brasil, levantando o debate para alternativas viáveis em outros países, como é o caso do *carry-over*, que, se empregado em conjunto com um eficiente poder legislativo, reduz tanto o endividamento flutuante das despesas, quanto a majoração artificial de superávits.

Recomenda-se para próximos estudos uma análise mais detalhada sobre o tempo médio de execução das dotações por órgãos da Prefeitura Municipal de Goiânia.

Também poderiam ser analisados os fatores que influenciam a inscrição e reinscrição em Restos a Pagar das despesas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Diego Prandino. **Carry-over: a flexibilização do princípio da anualidade orçamentária como indutora da qualidade do gasto público e da transparência fiscal**. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças Públicas – XVI Prêmio Tesouro Nacional. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVIPremio/politica/MHpfceXVIPTN/Tema_3_MH1.pdf>. Acesso em: 20 mar.2014.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 19/03/1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 mar.2014.

_____. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso em: 02 nov.2014.

_____. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 4º Ed. Brasília, **Secretaria do Tesouro Nacional**, Coordenação Geral de Contabilidade, 2012. Disponível em: <www.stn.gov.br>. Acesso em: 05 abr.2014.

_____. SIAFI. **Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**. Serviço Federal de Processamento de Dados. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/pdf/020000/020300/020332>>. Acesso em: 05 abr.2014.

CARVALHO, Munique Barros. Restos a Pagar e a anualidade orçamentária. **Instituto Serzedello Corrêa - Tribunal de Contas da União**. VI Prêmio SOF de Monografias. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2541335.PDF>>. Acesso em: 15 mar.2014.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA. **Demonstrativo dos Restos a Pagar.** Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2008. nº 4.543 de 30/01/2009, Pg. 30. Disponível em:

http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2009/do_20090130_000004543.pdf. Acesso em: 30 ago.2014.

_____. **Demonstrativo dos Restos a Pagar.** Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2009. nº 4.790 de 29/01/2010, Pg. 29. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2010/do_20100129_000004790.pdf. Acesso em: 30 ago.2014.

_____. **Demonstrativo dos Restos a Pagar.** Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2010. nº 5.034 de 28/01/2011, Pg. 36. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2011/do_20110128_00005034.pdf. Acesso em: 30 ago.2014.

_____. **Demonstrativo dos Restos a Pagar.** Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2011. nº 5.279 de 30/01/2012, Pg. 41. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2012/do_20120130_000005279.pdf. Acesso em 30 ago.2014.

_____. **Demonstrativo dos Restos a Pagar.** Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2012. nº 5.522 de 30/01/2013, Pg. 23. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2013/do_20130130_000005522.pdf. Acesso em 30 ago.2014.

_____. **Demonstrativo dos Restos a Pagar.** Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2013. nº 5.848 de 03/06/2014, Pg. 22. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2014/do_20140603_000005848.pdf. Acesso em 30 ago.2014.

_____. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa.** Relatório de Gestão Fiscal. 3º Quadrimestre de 2009. nº 4.790, de 29/01/2010, Pg. 42. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2010/do_20100129_000004790.pdf. Acesso em: 15 set.2014.

_____. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa.** Relatório de Gestão Fiscal. 3º Quadrimestre de 2010. nº 5.034 de 28/01/2011, Pg. 57. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2011/do_20110128_00005034.pdf. Acesso em: 15 set.2014.

_____. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa**. Relatório de Gestão Fiscal. 3º Quadrimestre de 2011. nº 5.279 de 30/01/2012, Pg. 64. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2012/do_2012013000005279.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa**. Relatório de Gestão Fiscal. 3º Quadrimestre de 2012. nº 5.617, de 24/06/2013, Pg. 28. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2013/do_20130624000005617.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa**. Relatório de Gestão Fiscal. 3º Quadrimestre de 2013. nº 5.848, de 03/06/2014, Pg. 42. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2014/do_20140603000005848.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

FERNANDES, Ernani Luiz Barros. Restos a Pagar. **Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza**. Fortaleza. 2004. Disponível em: <<http://www3.sefin.fortaleza.ce.gov.br/premiosefin2011/>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

MANHANI, Danilo Antonio. Restos a Pagar na Lei de Responsabilidade Fiscal. **Jus Navigandi**, 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6145/restos-a-pagar-na-lei-de-responsabilidade-fiscal>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Leonardo César. Impactos da anualidade orçamentária na alocação dos recursos públicos. **Tribunal de Contas da União**. 2010. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053736.PDF>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

Secretaria do Tesouro Nacional. Nota Técnica nº 733/2005 - GENOC/CCONT/STN; Inscrição de restos a pagar não processados sem disponibilidade de caixa; Brasília, 2005. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/procedimentos_contabeis/DISP_733_2005.pdf>. Acessado em: 09/10/2014.

Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais: exercício de 2012**. Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios 4ª

edição, Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/>> Acesso em: 03 nov. 2014.

SILVA, Wilson Roberto da. Aspectos normativos, contábeis e orçamentários dos restos a pagar na administração pública federal. **Instituto Serzedello Corrêa - Tribunal de Contas da União**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053974.PDF>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

SOF. **Sistema Orçamentário e Financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia**, Sistema Complete. 2014.

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. **Recurso de Reconsideração. Auditoria de registro contábeis e execução orçamentária. Desrespeito à ordem cronológica dos pagamentos. Multa**. 2009. Disponível em: <http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/Decisao/700593144_3129141.htm>. Acessado em: 09/10/2014.

VASCONCELOS, Clayton Arruda de. **Instituto Serzedello Corrêa - Tribunal de Contas da União**. Brasília, 2010. Artigo 42 Da Lei de Responsabilidade Fiscal: Aspectos Controversos. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054778.PDF>>. Acessado em: 09/10/2014.

**ANEXO A: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo de Restos a Pagar, 6º Bimestre de 2008.**

RREO-ANEXO IC (LRF, ART. 53, INCISO V).Em R\$ 1,00

Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31/12/2007				Exercícios Anteriores	Em 31/12/2007			
SEFIN	43.641.345,73	9.168.385,20	19.717.376,17	12.182.645,70	20.909.709,06	-	-	-	-	-
CÂMARA	0,00	239.306,07	0,00	232.726,01	6.580,06	-	-	-	-	-
FMACA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
FMHIS	0,00	8.874,00	0,00	8.874,00	0,00	-	-	-	-	-
FMDC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
FMMDE	18041,21	9.832.217,31	2233523,20	7.598.694,11	18.041,21	-	-	-	-	-
FAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
FMS	15162573,20	176.401,13	14223994,77	164.739,69	950239,87	-	-	-	-	-
FACITEGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
FMMA	0,00	160.302,00	0,00	160.302,00	0,00	-	-	-	-	-
FMDU	823.681,65	9.151,73	432,00	832.401,38	0,00	-	-	-	-	-
FMAS	-16.007,24	776393,54	10265,01	750121,29	0,00	-	-	-	-	-
FUMDEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
FOSGO	0,50	65.444,71	95,50	65.349,71	0,00	-	-	-	-	-
DERMU	0,00	1.639.192,91	0,00	1.639.192,91	0,00	-	-	-	-	-
S.M.T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
MUTIRAMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
IMAS	0,08	12.147.120,68	12.147.120,76	0,00	0,00	-	-	-	-	-
IPSM	0,00	12.727,74	0,00	12.727,74	0,00	-	-	-	-	-
TOTAIS	59.629.635,13	34.235.517,02	48.332.807,41	23.647.774,54	21.884.570,20	-	-	-	-	-

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo dos Restos a Pagar**, 6º Bimestre de 2008. nº 4.543 de 30/01/2009, Pg. 30. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2009/do_20090130_000004543.pdf>. Acesso em: 30 ago.2014.

**ANEXO B: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo de Restos a Pagar, 6º Bimestre de 2009.**

RREO-ANEXO IC (LRF, ART. 53, INCISO V). Em R\$ 1,00

Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31/12/2008				Exercícios Anteriores	Em 31/12/2008			
Restos a Pagar (exceto Intra-Orçamentários) (I)	21.866.528,99	8.564.835,84	434.640,07	8.848.815,37	21.147.909,39	-	-	-	-	-
Executivo	21.859.948,93	8.516.365,85	434.640,07	8.829.733,50	21.111.941,21	-	-	-	-	-
SEFIN	20.909.709,06	5.286.613,30	345.457,90	6.504.506,53	19.346.357,93	-	-	-	-	-
FMHIS	-	532.542,70	84.076,47	448.466,23	-	-	-	-	-	-
FMMDE	-	1.153.350,89	-	528.034,74	625.316,15	-	-	-	-	-
FMS	950.239,87	1.372.255,57	5.105,70	1.177.122,61	1.140.267,13	-	-	-	-	-
FMDU	-	4.134,48	-	4.134,48	-	-	-	-	-	-
FMAS	-	167.468,91	-	167.468,91	-	-	-	-	-	-
Legislativo	6.580,06	48.469,99	-	19.081,87	35.968,18	-	-	-	-	-
Câmara	6.580,06	48.469,99	-	19.081,87	35.968,18	-	-	-	-	-
Restos a Pagar (Intra-Orçamentários) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	21.866.528,99	8.564.835,84	434.640,07	8.848.815,37	21.147.909,39	-	-	-	-	-

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo dos Restos a Pagar**, 6º Bimestre de 2009. nº 4.790 de 29/01/2010, Pg. 29. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2010/do_20100129_000004790.pdf>. Acesso em: 30 ago.2014.

**ANEXO C: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo de Restos a Pagar, 6º Bimestre de 2010.**

RREO-ANEXO IC (LRF, ART. 53, INCISO V).Em R\$ 1,00

Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31/12/2009				Exercícios Anteriores	Em 31/12/2009			
Restos a Pagar (exceto Intra-Orçamentários) (I)	21.147.909,39	75.970.191,11	17.884.188,54	72.472.505,10	6.761.406,86	-	-	-	-	-
Executivo	21.111.941,21	73.599.222,91	17.849.860,80	70.145.456,94	6.715.846,30	-	-	-	-	-
SEFIN	19.346.357,93	12.813.282,03	1.045.454,06	27.912.813,16	3.201.372,74	-	-	-	-	-
FMDC	-	10.000,00	-	10.000,00	-	-	-	-	-	-
FMMDE	625.316,15	12.209.995,77	1.762.617,79	10.489.062,31	583.631,82	-	-	-	-	-
FMS	1.140.267,13	12.314.095,89	1.035.859,61	10.159.834,16	2.258.669,25	-	-	-	-	-
FMAS	-	2.595.115,58	216280,67	2.378.834,91	-	-	-	-	-	-
FMACA	-	29.175,00	-	29.175,00	-	-	-	-	-	-
FMHIS	-	8.470.478,09	344.534,34	7.837.427,27	288.516,48	-	-	-	-	-
FMDU	-	36.465,97	-	36.465,97	-	-	-	-	-	-
FMMA	-	194.025,09	-	194.025,09	-	-	-	-	-	-
IPSM	-	14.001.422,85	12.799.690,63	2.001.732,23	-	-	-	-	-	-
AMMA	-	212.620,64	63.580,00	149.040,64	-	-	-	-	-	-
AGMG	-	1.134.079,13	22.572,00	1.111.507,13	-	-	-	-	-	-
AMOB	-	6.247.539,69	-	6.217.140,15	30.399,54	-	-	-	-	-
AMT	-	2.530.927,18	559.271,79	1.618.398,92	353.256,47	-	-	-	-	-
Legislativo	35.968,18	2.370.968,20	34.327,66	2.327.048,16	45.560,56	-	-	-	-	-
Câmara	35.968,18	2.370.968,20	34.327,66	2.327.048,16	45.560,56	-	-	-	-	-
Restos a Pagar (Intra-Orçamentários) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	21.147.909,39	75.970.191,11	17.884.188,54	72.472.505,10	6.761.406,86	-	-	-	-	-

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo dos Restos a Pagar**, 6º Bimestre de 2010. nº 5.034 de 28/01/2011, Pg. 36. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2011/do_20110128_000005034.pdf>. Acesso em: 30 ago.2014.

**ANEXO D: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo de Restos a Pagar, 6º Bimestre de 2011.**

RREO-ANEXO IC (LRF, ART. 53, INCISO V).Em R\$ 1,00

Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31/12/2010				Exercícios Anteriores	Em 31/12/2010			
Restos a Pagar (exceto Intra-Orçamentários) (I)	6.761.406,86	28.403.382,67	7.824.535,78	24.449.663,16	2.890.590,59	-	-	-	-	-
Executivo	6.715.846,30	8.516.365,85	434.640,07	8.829.733,50	21.111.941,21	-	-	-	-	-
SEFIN	3.201.372,74	9.857.597,52	3.278.788,10	8.835.462,68	944.719,48	-	-	-	-	-
FMMDE	583.631,820	5.347.132,810	2.341.919,490	3.588.845,140	-	-	-	-	-	-
FMS	2.258.669,25	3.065.730,26	690.196,67	2.892.999,86	1.741.202,98	-	-	-	-	-
FMAS	-	1.776.119,44	30.821,24	1.745.298,20	-	-	-	-	-	-
FMACA	-	100.149,70	97167,34	2.982,36	-	-	-	-	-	-
FMHIS	288.516,48	5.115.234,49	1.124.189,40	4.162.292,10	117.269,47	-	-	-	-	-
FMDU	-	1.617.151,53	-	1.617.151,53	-	-	-	-	-	-
FMMA	-	118.940,21	-	118.940,21	-	-	-	-	-	-
IPSM	-	343,20	-	343,20	-	-	-	-	-	-
AMMA	-	140.449,67	-	138.851,01	1.598,66	-	-	-	-	-
AGMG	-	6.026,18	1.329,96	4.696,22	-	-	-	-	-	-
AMOB	30.399,54	-	-	30.399,54	-	-	-	-	-	-
AMT	353.256,47	1.009.007,93	158.203,21	1.118.261,19	85.800,00	-	-	-	-	-
Legislativo	45.560,56	249.499,73	101.920,37	193.139,92	-	-	-	-	-	-
Câmara	45.560,56	249.499,73	101.920,37	193.139,92	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar (Intra-Orçamentários) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	6.761.406,86	28.403.382,67	7.824.535,78	24.449.663,16	2.890.590,59	-	-	-	-	-

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo dos Restos a Pagar**, 6º Bimestre de 2011. nº 5.279 de 30/01/2012, Pg. 41. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2012/do_20120130_000005279.pdf>. Acesso em 31 ago.2014.

**ANEXO E: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo de Restos a Pagar, 6º Bimestre de 2012.**

RREO-ANEXO IC (LRF, ART. 53, INCISO V).Em R\$ 1,00

Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados					Saldo
	Inscritos		Pagos	Cancelados	A Pagar	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
	Exercícios Anteriores	Em 31/12/2011				Exercícios Anteriores	Em 31/12/2011				
Restos a Pagar (exceto Intra-Orçamentários) (I)	2.885.850,57	76.385.063,51	66.851.006,11	4.222.518,37	8.197.389,60	-	2.465.588,52	202.406,77	202.406,77	2.263.181,75	0,00
Executivo	2.885.850,57	76.208.338,03	66.677.830,63	4.218.968,37	8.197.389,60	-	405.923,12	91.013,12	91.013,12	314.910,00	0,00
Administração Direta	944.719,48	45.574.152,05	39.504.662,72	293.056,91	6.721.151,90	-	-	-	-	-	-
AGMG	-	308.153,95	308.153,95	-	0,00	-	-	-	-	-	-
AMOB	-	18.534.958,56	16.269.200,87	2.265.757,69	0,00	-	-	-	-	-	-
AMT	85.800,00	320.689,51	406.489,51	-	0,00	-	-	-	-	-	-
AMMA	1.598,66	51.283,03	45.165,34	-	7.716,35	-	-	-	-	-	-
FMAS	-	590.044,21	582.484,21	7.560,00	0,00	-	-	-	-	-	-
FMDU	-	387.149,84	387.149,84	-	0,00	-	-	-	-	-	-
FMHIS	117.269,47	1.175.709,97	1.240.308,42	-	52.671,02	-	-	-	-	-	-
FMMDE	-	3.288.292,18	2.975.222,99	-	313.069,19	-	405.923,12	91.013,12	91.013,12	314.910,00	0,00
FMS	1.736.462,96	3.814.105,53	2.853.503,78	1.652.593,77	1.044.470,94	-	-	-	-	-	-
FMMA	-	467.888,26	440.293,26	-	27.595,00	-	-	-	-	-	-
IPSM	-	158.459,48	127.744,28	-	30.715,20	-	-	-	-	-	-
AMTEC	-	1.537.451,46	1.537.451,46	-	0,00	-	-	-	-	-	-
Legislativo	-	176.725,48	173.175,48	3.550,00	0,00	-	2.059.665,40	111.393,65	111.393,65	1.948.271,75	0,00
Câmara	-	176.725,48	173.175,48	3.550,00	0,00	-	2.059.665,40	111.393,65	111.393,65	1.948.271,75	0,00
Restos a Pagar (Intra-Orçamentários) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	2.885.850,57	76.385.063,51	66.851.006,11	4.222.518,37	8.197.389,60	-	2.465.588,52	202.406,77	202.406,77	2.263.181,75	0,00

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo dos Restos a Pagar**, 6º Bimestre de 2012. nº 5.522 de 30/01/2013, Pg. 23. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2013/do_20130130_000005522.pdf>. Acesso em 31 ago.2014.

ANEXO F: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo de Restos a Pagar, 6º Bimestre de 2013.

RREO-ANEXO IC (LRF, ART. 53, INCISO V). Em R\$ 1,00

Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados					Saldo
	Inscritos		Pagos	Cancelados	A Pagar	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
	Exercícios Anteriores	Em 31/12/2012				Exercícios Anteriores	Em 31/12/2012				
Restos a Pagar (exceto Intra-Orçamentários) (I)	7.709.821,05	68.226.059,49	48.136.239,13	971.336,15	26.828.305,26	-	2.176.886,82	1.744.990,54	1.744.990,54	16.502,57	415.393,71
Executivo	7.709.821,05	68.178.309,54	48.088.489,18	971.336,15	26.828.305,26	-	-	-	-	-	-
Administração Direta	6.723.826,38	39.075.364,69	19.790.656,87	959.366,15	25.049.168,05	-	-	-	-	-	-
AGMG	-	479.933,77	357.173,77	-	122.760,00	-	-	-	-	-	-
AMMA	7.716,35	26.425,66	25.610,15	-	8.531,86	-	-	-	-	-	-
FMAS	-	360.129,49	348.159,49	11.970,00	-	-	-	-	-	-	-
FMDU	-	52.253,42	12.953,42	-	39.300,00	-	-	-	-	-	-
FMHIS	52.671,02	960.211,15	863.658,30	-	149.223,87	-	-	-	-	-	-
FMMDE	-	15.801.270,83	15.801.270,83	-	-	-	-	-	-	-	-
FMS	898.012,30	8.725.147,58	8.346.181,37	-	1.276.978,51	-	-	-	-	-	-
FMMA	27.595,00	204.794,36	204.676,36	-	27.713,00	-	-	-	-	-	-
IPSM	-	31.261,10	31.261,10	-	-	-	-	-	-	-	-
AMTEC	-	2.110.898,44	2.110.898,44	-	-	-	-	-	-	-	-
IMAS	-	350.619,05	195.989,08	-	154.629,97	-	-	-	-	-	-
Legislativo	-	47.749,95	47.749,95	-	-	-	2.176.886,82	1.744.990,54	1.744.990,54	16.502,57	415.393,71
Câmara	-	47.749,95	47.749,95	-	-	-	2.176.886,82	1.744.990,54	1.744.990,54	16.502,57	415.393,71
Restos a Pagar (Intra-Orçamentários) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	7.709.821,05	68.226.059,49	48.136.239,13	971.336,15	26.828.305,26	-	2.176.886,82	1.744.990,54	1.744.990,54	16.502,57	415.393,71

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo dos Restos a Pagar**, 6º Bimestre de 2013. nº 5.848 de 03/06/2014, Pg. 22. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2014/do_20140603_000005848.pdf>. Acesso em 31 ago.2014.

ANEXO G: Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, 3º Quadrimestre de 2009.

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, INCISO III, alínea "a")
 R\$ 1,00

Em

Ativo	Valor	Passivo	Valor
Disponibilidade Financeira	321.180.538,91	Obrigações Financeiras	205.420.261,71
Caixa	-	Depósitos	67.194.969,23
Bancos	321.180.538,91	Restos a Pagar Processados	138.225.292,48
Conta Movimento	231.698.253,78	Do Exercício	117.077.383,09
Contas Vinculadas	89.482.285,13	De Exercícios Anteriores	21.147.909,39
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-		
Insuficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados (I)	-	Suficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados (II)	115.760.277,20
Total	321.180.538,91	Total	205.420.261,71
Inscrição em Restos a Pagar não Processados (III)			
Suficiência após a inscrição em restos a pagar não processados (IV) = (II - III)			115.760.277,20
Regime Previdenciário			
Ativo	Valor	Passivo	Valor
Disponibilidade Financeira do Regime Previdenciário	70.680.927,56	Obrigações Financeiras do Regime Previdenciário	24.819.720,49
Caixa	-	Depósitos	7.093.305,10
Bancos	70.680.927,56	Restos a Pagar Processados	17.726.415,39
Conta Movimento	70.680.927,56	Do Exercício	17.726.415,39
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-		
Insuficiência antes da inscrição em Restos a Pagar não Processados do regime Previdenciário (V)	-	Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados do Regime Previdenciário (VI)	45.861.207,07
Total	70.680.927,56	Total	24.819.720,49
Inscrição em Restos a Pagar não Processados do Regime Previdenciário (VII)			-
Suficiência após a Inscrição em Restos a Pagar não Processados do Regime Previdenciário (VIII)= (VI-VII)			45.861.207,07

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa**. 3º Quadrimestre de 2009. nº 4.790, de 29/01/2010, Pg. 42. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2010/do_20100129_000004790.pdf>. Acesso em 15 set.2014.

**ANEXO H: Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, 3º Quadrimestre de 2010.**

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, INCISO III, alínea "a")
R\$ 1,00

Em

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras (b)	Valor	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) =(a-b)
Banco conta vinculada	52.921.324,52			52.921.324,52
Total dos Recursos vinculados (I)	52.921.324,52			52.921.324,52
Caixa		- Obrigações Financeiras	99.042.736,91	-
Bancos	122.809.200,18	Depósitos	81.255.115,93	-
Conta Movimento	118.411.797,55	Restos a pagar Processados	17.787.620,98	-
Conta Arrecadação	4.397.402,63	Do Exercício	11.026.214,12	-
Aplicações Financeiras		De Exercícios Anteriores	6.761.406,86	-
Outras Disponibilidades Financeiras		Outras Obrigações Financeiras	-	-
Total dos Recursos não Vinculados (II)	122.809.200,18	Total	99.042.736,91	23.766.463,27
Total (III) = (I+II)	175.730.524,70	Total	99.042.736,91	76.687.787,79
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	27.426.648,50	Total	3.830.191,73	23.596.456,77

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa.** 3º Quadrimestre de 2010. nº 5.034 de 28/01/2011, Pg. 57. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2011/do_20110128_000005034.pdf>. Acesso em: 15 set.2014

ANEXO I: Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, 3º Quadrimestre de 2011.

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, INCISO III, alínea "a")
 R\$ 1,00

Em

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) =(a-b)
Recursos vinculados	-	-	-
Banco Conta Vinculada	79.706.303,45	-	79.706.303,45
Restos a pagar Processados	-	78.025.057,40	-78.025.057,40
Do Exercício	-	78.025.057,40	-78.025.057,40
De Exercícios Anteriores	-	-	-
Total dos Recursos Vinculados (I)	79.706.303,45	78.025.057,40	1.681.246,05
Recursos não Vinculados	-	-	-
Caixa	-	-	-
Bancos	134.835.276,64	-	134.835.276,64
Conta Movimento	134.470.730,64	-	134.470.730,64
Conta Arrecadação	364.546,00	-	364.546,00
Aplicações Financeiras	-	-	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-	-	-
Depósitos	-	45.068.098,37	-45.068.098,37
Restos a Pagar Processados	-	88.710.409,87	-88.710.409,87
Do Exercício	-	85.819.819,28	-85.819.819,28
De Exercícios Anteriores	-	2.890.590,59	-2.890.590,59
Outras Obrigações Financeiras	-	-	-
Total dos Recursos não Vinculados (II)	134.835.276,64	133.778.508,24	1.056.768,40
Total (III) = (I+II)	214.541.580,09	211.803.565,64	2.738.014,45
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	9.993.962,41	2.904.962,53	7.088.999,88

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa.** 3º Quadrimestre de 2011. nº 5.279 de 30/01/2012, Pg. 64. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2012/do_20120130_000005279.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

**ANEXO J: Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, 3º Quadrimestre de 2012.**

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, INCISO III, alínea "a")
R\$ 1,00

Em

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Banco Conta Vinculada	93.772.138,91	0,00	0,00
Restos a Pagar do Exercício	0,00	25.796.308,16	0,00
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total dos Recursos Vinculados (I)	93.772.138,91	25.796.308,16	67.975.830,75
Recursos não Vinculados			
Caixa	-	-	-
Banco Conta Movimento	115.793.660,22	-	-
Banco Conta Arrecadação	6.193.852,22	-	-
Aplicações Financeiras	271.619.186,50	-	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-	-	-
Depósitos de Terceiros	-	79.084.943,38	-
Restos a Pagar Processado do Exercício	-	42.382.001,38	-
Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores	-	7.709.821,05	-
Restos a Pagar não Processados do Exercício	-	-	-
Restos a Pagar não Processados de Exercícios Anteriores	-	-	-
Outras Obrigações Financeiras	-	-	-
Total dos Recursos não Vinculados (II)	393.606.698,94	129.176.765,81	264.429.933,13
Total (III) = (I+II)	487.378.837,85	154.973.073,97	332.405.763,88
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	281.977.175,70	3.909.622,79	278.067.552,91
Caixa	-	-	-
Banco Conta Movimento	10.357.989,20	-	-
Banco Conta Vinculada	-	-	-
Banco Conta Arrecadação	-	-	-
Aplicações Financeiras	271.619.186,50	-	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-	-	-
Depósitos de Terceiros	-	3.878.361,69	-
Restos a Pagar Processados do Exercício	-	31.261,10	-
Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores	-	-	-
Restos a Pagar não Processados de Exercícios Anteriores	-	-	-
Outras Obrigações Financeiras	-	-	-
Total	281.977.175,70	3.909.622,79	278.067.552,91

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa**. 3º Quadrimestre de 2012. nº 5.617, de 24/06/2013, Pg. 28. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2013/do_20130624_000005617.pdf>. Acesso em: 16 set.2014.

**ANEXO K: Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, 3º Quadrimestre de 2013.**

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, INCISO III, alínea "a")
R\$ 1,00

Em

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
Operações de Crédito Externas	1.473.003,71	1.230.533,98	242.469,73
Alienação de Bens - Móveis	48.847,33	-	48.847,33
Alienação de Bens - Imóveis	-	-	-
Total dos Recursos Vinculados (I)	118.630.899,60	146.771.909,00	-28.141.009,40
Recursos Ordinários	12.997.104,36	122.585.186,21	-109.588.081,85
Recursos Diretamente Arrecadados (Adm. Ind. e Fundos)	9.321.258,23	4.656.956,03	4.664.302,20
Total dos Recursos não Vinculados (II)	22.318.362,59	127.242.142,24	-104.923.779,65
Total (III) = (I + II)	140.949.262,19	274.014.051,24	-133.064.789,05
Regime Próprio de Previdência dos Servidores (IV)	319.031.429,78	6.782.640,11	312.248.789,67
Total Geral (III + IV)	459.980.691,97	280.796.691,35	179.184.000,62

Fonte: Diário Oficial do Município de Goiânia. **Demonstrativo da disponibilidade de Caixa.** 3º Quadrimestre de 2013. nº 5.848, de 03/06/2014, Pg. 42. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2014/do_20140603_000005848.pdf>. Acesso em: 16 set.2014.

APÊNDICE A: Tempo Médio de Pagamento de Inscrições em Restos a Pagar no ano de 2012 relacionados ao ano de 2011

Nº	Ano do Empenho	Data de Inscrição	Data de Liquidação	Data de Pagamento	Valor Inscrito	Valor de Pagamento	Diferença de Dias (Liquidação - Pagamento)
1	2011	01/01/2012	12/07/2012	13/07/2012	1.677.036,75	401.239,02	1
2	2011	01/01/2012	25/09/2012	26/09/2012	1.677.036,75	320.000,00	1
3	2011	01/01/2012	18/06/2012	21/06/2012	13.160,37	13.130,96	3
4	2011	01/01/2012	15/05/2012	18/05/2012	1.276,19	1.127,60	3
5	2011	01/01/2012	14/09/2012	18/09/2012	1.677.036,75	638.518,37	4
6	2011	01/01/2012	29/12/2011	02/01/2012	145.464,00	145.464,00	4
7	2011	01/01/2012	29/12/2011	02/01/2012	4.900,47	4.900,47	4
8	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	1.644.913,58	818.376,53	5
9	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	1.677.576,70	497.451,21	5
10	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	107.492,42	104.213,53	5
11	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	29.798,78	29.798,78	5
12	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	8.647,50	8.647,50	5
13	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	8.560,23	8.560,23	5
14	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	8.000,00	8.000,00	5
15	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	4.972,60	4.972,60	5
16	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	107.492,42	3.278,89	5
17	2011	01/01/2012	29/12/2011	03/01/2012	2.501,00	2.501,00	5
18	2011	01/01/2012	13/07/2012	18/07/2012	40.940,12	88,23	5
19	2011	01/01/2012	28/12/2011	03/01/2012	30.539,55	30.539,55	6
20	2011	01/01/2012	28/12/2011	03/01/2012	3.903,50	3.903,50	6
21	2011	01/01/2012	27/12/2011	02/01/2012	578,80	289,40	6
22	2011	01/01/2012	27/12/2011	02/01/2012	578,80	289,40	6
23	2011	01/01/2012	10/07/2012	16/07/2012	30.083,91	153,79	6
24	2011	01/01/2012	26/12/2011	02/01/2012	102.086,07	102.086,07	7
25	2011	01/01/2012	08/05/2012	15/05/2012	91.013,12	91.013,12	7
26	2011	01/01/2012	26/12/2011	02/01/2012	41.819,90	41.819,90	7
27	2011	01/01/2012	26/12/2011	02/01/2012	12.800,00	12.800,00	7
28	2011	01/01/2012	27/12/2011	03/01/2012	2.876,89	2.876,89	7
29	2011	01/01/2012	16/02/2012	23/02/2012	2.655,92	2.655,92	7
30	2011	01/01/2012	05/07/2012	12/07/2012	25.975,58	25.975,58	7
31	2011	01/01/2012	27/11/2012	04/12/2012	34.742,41	34.742,41	7
32	2011	01/01/2012	25/09/2012	03/10/2012	1.677.036,75	317.279,36	8
33	2011	01/01/2012	29/12/2011	06/01/2012	296.052,93	286.058,00	8
34	2011	01/01/2012	07/05/2012	15/05/2012	273.237,00	255.561,17	8
35	2011	01/01/2012	29/12/2011	06/01/2012	110.761,44	110.761,44	8
36	2011	01/01/2012	29/12/2011	06/01/2012	82.563,59	82.563,59	8
37	2011	01/01/2012	26/12/2011	03/01/2012	76.800,00	76.800,00	8
38	2011	01/01/2012	26/12/2011	03/01/2012	34.030,93	34.030,93	8
39	2011	01/01/2012	26/12/2011	03/01/2012	14.124,25	14.124,25	8
40	2011	01/01/2012	29/12/2011	06/01/2012	296.052,93	296.052,93	8

41	2011	01/01/2012	26/12/2011	03/01/2012	4.800,00	4.800,00	8
42	2011	01/01/2012	28/12/2011	06/01/2012	114.423,20	114.423,20	9
43	2011	01/01/2012	10/07/2012	19/07/2012	70.543,01	61.489,96	9
44	2011	01/01/2012	11/07/2012	20/07/2012	116.851,35	59.601,89	9
45	2011	01/01/2012	11/07/2012	20/07/2012	116.851,35	45.570,78	9
46	2011	01/01/2012	28/12/2011	06/01/2012	9.792,00	9.792,00	9
47	2011	01/01/2012	10/07/2012	19/07/2012	70.543,01	6.721,08	9
48	2011	01/01/2012	30/07/2012	08/08/2012	75.479,66	2.926,87	9
49	2011	01/01/2012	30/07/2012	08/08/2012	152.986,24	781,51	9
50	2011	01/01/2012	10/07/2012	19/07/2012	70.543,01	41,46	9
51	2011	01/01/2012	10/07/2012	19/07/2012	70.543,01	20,73	9
52	2011	01/01/2012	30/07/2012	08/08/2012	152.986,24	20,73	9
53	2011	01/01/2012	13/02/2012	23/02/2012	40.000,00	25.183,39	10
54	2011	01/01/2012	13/02/2012	23/02/2012	15.994,14	8.997,53	10
55	2011	01/01/2012	27/01/2012	06/02/2012	8.200,00	8.200,00	10
56	2011	01/01/2012	30/07/2012	10/08/2012	152.986,24	110.046,38	11
57	2011	01/01/2012	30/07/2012	10/08/2012	75.479,66	72.552,79	11
58	2011	01/01/2012	30/07/2012	10/08/2012	152.986,24	26.683,74	11
59	2011	01/01/2012	20/07/2012	31/07/2012	125.114,34	3.034,95	11
60	2011	01/01/2012	05/07/2012	16/07/2012	315,33	143,74	11
61	2011	01/01/2012	20/07/2012	31/07/2012	125.114,34	81,97	11
62	2011	01/01/2012	21/12/2011	02/01/2012	800.000,00	800.000,00	12
63	2011	01/01/2012	22/12/2011	03/01/2012	61.298,03	61.298,03	12
64	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	58.433,05	58.433,05	12
65	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	30.478,56	30.478,56	12
66	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	30.000,00	30.000,00	12
67	2011	01/01/2012	04/07/2012	16/07/2012	30.083,91	29.930,12	12
68	2011	01/01/2012	22/12/2011	03/01/2012	24.500,16	24.500,16	12
69	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	22.867,12	22.867,12	12
70	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	22.164,90	22.164,90	12
71	2011	01/01/2012	22/12/2011	03/01/2012	19.273,32	19.273,32	12
72	2011	01/01/2012	22/12/2011	03/01/2012	17.558,39	17.558,39	12
73	2011	01/01/2012	22/12/2011	03/01/2012	16.669,04	16.669,04	12
74	2011	01/01/2012	22/12/2011	03/01/2012	8.322,27	8.322,27	12
75	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	8.000,00	8.000,00	12
76	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	8.000,00	8.000,00	12
77	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	7.688,80	7.688,80	12
78	2011	01/01/2012	22/12/2011	03/01/2012	7.500,00	7.500,00	12
79	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	6.978,00	6.978,00	12
80	2011	01/01/2012	22/12/2011	03/01/2012	5.002,10	5.002,10	12
81	2011	01/01/2012	22/12/2011	03/01/2012	1.557,10	1.557,10	12
82	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/01/2012	728,00	728,00	12
83	2011	01/01/2012	16/08/2012	28/08/2012	103.200,36	20,73	12
84	2011	01/01/2012	29/12/2011	11/01/2012	1.664.913,58	826.537,05	13
85	2011	01/01/2012	20/12/2011	02/01/2012	395.201,13	395.201,13	13
86	2011	01/01/2012	20/12/2011	02/01/2012	22.218,47	22.218,47	13

87	2011	01/01/2012	26/04/2012	09/05/2012	1.595,50	1.553,24	13
88	2011	01/01/2012	21/12/2011	03/01/2012	1.286,34	1.286,34	13
89	2011	01/01/2012	16/08/2012	30/08/2012	103.200,36	103.179,56	14
90	2011	01/01/2012	28/12/2011	11/01/2012	73.682,00	73.682,00	14
91	2011	01/01/2012	20/07/2012	03/08/2012	34.742,41	34.069,86	14
92	2011	01/01/2012	27/12/2011	10/01/2012	22.967,79	22.967,79	14
93	2011	01/01/2012	20/12/2011	03/01/2012	7.900,00	7.900,00	14
94	2011	01/01/2012	20/12/2011	03/01/2012	7.800,00	7.800,00	14
95	2011	01/01/2012	19/12/2011	02/01/2012	2.991,56	2.991,56	14
96	2011	01/01/2012	04/12/2012	18/12/2012	122.535,92	62,19	14
97	2011	01/01/2012	27/06/2012	12/07/2012	101.264,40	98.096,72	15
98	2011	01/01/2012	11/06/2012	26/06/2012	40.940,12	40.851,89	15
99	2011	01/01/2012	22/12/2011	06/01/2012	7.250,05	16.360,04	15
100	2011	01/01/2012	29/12/2011	13/01/2012	2.880,15	2.880,15	15
101	2011	01/01/2012	29/12/2011	13/01/2012	27.350,58	27.350,58	15
102	2011	01/01/2012	28/12/2011	13/01/2012	4.095,14	4.095,14	16
103	2011	01/01/2012	21/12/2011	06/01/2012	1.729,07	1.729,07	16
104	2011	01/01/2012	23/07/2012	08/08/2012	15.842,76	41,46	16
105	2011	01/01/2012	20/12/2011	06/01/2012	6.809,65	6.809,65	17
106	2011	01/01/2012	20/12/2011	06/01/2012	6.000	6.000	17
107	2011	01/01/2012	20/12/2011	06/01/2012	2.860,04	2.860,04	17
108	2011	01/01/2012	20/12/2011	06/01/2012	2.194,37	2.194,37	17
109	2011	01/01/2012	18/05/2012	04/06/2012	1.275,00	1.105,00	17
110	2011	01/01/2012	29/12/2011	16/01/2012	1.677.576,70	1.180.125,49	18
111	2011	01/01/2012	29/12/2011	16/01/2012	1.560.040,89	757.168,21	18
112	2011	01/01/2012	29/12/2011	16/01/2012	36.000,00	36.000,00	18
113	2011	01/01/2012	16/12/2011	03/01/2012	7.500,00	7.500,00	18
114	2011	01/01/2012	26/12/2011	13/01/2012	6.558,57	6.558,57	18
115	2011	01/01/2012	26/12/2011	13/01/2012	6.558,57	6.558,57	18
116	2011	01/01/2012	29/12/2011	16/01/2012	4.262,93	4.262,93	18
117	2011	01/01/2012	19/12/2011	06/01/2012	1.279,23	1.279,23	18
118	2011	01/01/2012	29/12/2011	17/01/2012	46.541,07	46.541,07	19
119	2011	01/01/2012	31/05/2012	19/06/2012	25.975,58	25.975,58	19
120	2011	01/01/2012	29/12/2011	17/01/2012	7.900,00	7.900,00	19
121	2011	01/01/2012	29/12/2011	17/01/2012	6.875,80	6.875,80	19
122	2011	01/01/2012	29/12/2011	17/01/2012	4.550,00	4.550,00	19
123	2011	01/01/2012	29/12/2011	17/01/2012	4.240,00	4.240,00	19
124	2011	01/01/2012	29/12/2011	17/01/2012	2.931,80	2.931,80	19
125	2011	01/01/2012	28/12/2011	16/01/2012	2.755,62	2.755,62	19
126	2011	01/01/2012	29/12/2011	17/01/2012	2.160,00	2.160,00	19
127	2011	01/01/2012	29/12/2011	17/01/2012	1.975,50	1.975,50	19
128	2011	01/01/2012	29/12/2011	17/01/2012	373,60	373,60	19
129	2011	01/01/2012	21/12/2011	10/01/2012	5.000,00	5.000,00	20
130	2011	01/01/2012	27/12/2011	16/01/2012	3.312,54	3.312,54	20
131	2011	01/01/2012	21/12/2011	10/01/2012	437,57	437,57	20
132	2011	01/01/2012	21/12/2011	10/01/2012	365,09	365,09	20

133	2011	01/01/2012	16/12/2011	06/01/2012	36.748,88	36.748,88	21
134	2011	01/01/2012	28/12/2011	18/01/2012	30.400,00	30.400,00	21
135	2011	01/01/2012	20/07/2012	10/08/2012	122.535,92	10.514,25	21
136	2011	01/01/2012	13/12/2011	03/01/2012	7.950,00	7.950,00	21
137	2011	01/01/2012	16/12/2011	06/01/2012	5.505,90	5.505,90	21
138	2011	01/01/2012	23/07/2012	13/08/2012	15.842,76	2.275,56	21
139	2011	01/01/2012	16/12/2011	06/01/2012	1.860,28	1.860,28	21
140	2011	01/01/2012	16/12/2011	06/01/2012	1.123,86	1.123,86	21
141	2011	01/01/2012	16/12/2011	06/01/2012	357,73	357,73	21
142	2011	01/01/2012	29/12/2011	20/01/2012	2.084.975,89	2.084.975,89	22
143	2011	01/01/2012	29/12/2011	20/01/2012	1.560.040,89	802.872,68	22
144	2011	01/01/2012	29/12/2011	20/01/2012	680.975,12	680.975,12	22
145	2011	01/01/2012	29/12/2011	20/01/2012	97.618,55	97.618,55	22
146	2011	01/01/2012	29/12/2011	20/01/2012	82.346,92	82.346,92	22
147	2011	01/01/2012	29/12/2011	20/01/2012	60.000,00	60.000,00	22
148	2011	01/01/2012	29/12/2011	20/01/2012	50.000,00	50.000,00	22
149	2011	01/01/2012	29/12/2011	20/01/2012	101.940,25	42.309,27	22
150	2011	01/01/2012	29/12/2011	20/01/2012	101.940,25	42.102,88	22
151	2011	01/01/2012	23/09/2011	19/06/2012	180.546,48	60.961,96	270
152	2011	01/01/2012	23/09/2011	19/06/2012	180.546,48	56.293,88	270
153	2011	01/01/2012	23/09/2011	19/06/2012	180.546,48	52.970,84	270
154	2011	01/01/2012	29/12/2011	26/09/2012	6.425,76	6.425,76	272
155	2011	01/01/2012	30/03/2012	28/12/2012	1.310.018,70	15.000,00	273
156	2011	01/01/2012	28/12/2011	26/09/2012	7.938,00	7.938,00	273
157	2011	01/01/2012	29/12/2011	28/09/2012	84.770,23	84.770,23	274
158	2011	01/01/2012	09/06/2011	09/03/2012	249,37	249,37	274
159	2011	01/01/2012	16/09/2011	19/06/2012	236.305,20	117.041,10	277
160	2011	01/01/2012	28/12/2011	03/10/2012	1.470,32	1.470,32	280
161	2011	01/01/2012	29/12/2011	05/10/2012	75.430,10	75.430,10	281
162	2011	01/01/2012	14/09/2011	21/06/2012	1.155,00	1.155,00	281
163	2011	01/01/2012	16/03/2012	26/12/2012	3.485.479,34	25.271,30	285
164	2011	01/01/2012	29/12/2011	10/10/2012	7.570,00	7.570,00	286
165	2011	01/01/2012	27/10/2011	08/08/2012	592,15	592,15	286
166	2011	01/01/2012	14/12/2011	26/09/2012	7.989,00	7.989,00	287
167	2011	01/01/2012	06/09/2011	21/06/2012	254,33	254,33	289
168	2011	01/01/2012	24/08/2011	13/06/2012	309,99	309,99	294
169	2011	01/01/2012	29/12/2011	19/10/2012	170.530,12	170.530,12	295
170	2011	01/01/2012	14/09/2011	05/07/2012	566,27	566,27	295
171	2011	01/01/2012	29/12/2011	22/10/2012	67.280,00	67.280,00	298
172	2011	01/01/2012	01/03/2012	26/12/2012	3.485.479,34	51.666,00	300
173	2011	01/01/2012	19/10/2011	14/08/2012	2.356,44	2.029,11	300
174	2011	01/01/2012	19/10/2011	14/08/2012	2.356,44	85,00	300
175	2011	01/01/2012	03/11/2011	03/09/2012	621,00	621,00	305
176	2011	01/01/2012	03/11/2011	03/09/2012	87,75	87,75	305
177	2011	01/01/2012	11/08/2011	12/06/2012	112,50	112,50	306
178	2011	01/01/2012	13/12/2011	19/10/2012	253.658,72	81.758,44	311

179	2011	01/01/2012	13/12/2011	19/10/2012	253.658,72	32.570,92	311
180	2011	01/01/2012	13/12/2011	19/10/2012	253.658,72	12.500,00	311
181	2011	01/01/2012	04/10/2011	14/08/2012	2.356,44	242,33	315
182	2011	01/01/2012	09/08/2011	21/06/2012	1.107,37	1.107,37	317
183	2011	01/01/2012	10/08/2011	22/06/2012	857,50	837,50	317
184	2011	01/01/2012	11/08/2011	25/06/2012	112,50	112,50	319
185	2011	01/01/2012	11/08/2011	25/06/2012	37,50	37,50	319
186	2011	01/01/2012	11/08/2011	25/06/2012	37,50	37,50	319
187	2011	01/01/2012	27/04/2011	12/03/2012	660,93	660,93	320
188	2011	01/01/2012	16/11/2011	02/10/2012	13.810,92	7.172,96	321
189	2011	01/01/2012	21/09/2011	08/08/2012	11.000,00	11.000,00	322
190	2011	01/01/2012	12/09/2011	30/07/2012	118,00	118,00	322
191	2011	01/01/2012	14/12/2011	01/11/2012	480.116,00	208.182,00	323
192	2011	01/01/2012	10/11/2011	28/09/2012	253.658,72	81.758,44	323
193	2011	01/01/2012	10/11/2011	28/09/2012	253.658,72	32.570,92	323
194	2011	01/01/2012	10/11/2011	28/09/2012	253.658,72	12.500,00	323
195	2011	01/01/2012	19/09/2011	09/08/2012	2.655,41	2.655,41	325
196	2011	01/01/2012	14/09/2011	09/08/2012	597,71	597,71	330
197	2011	01/01/2012	15/12/2011	14/11/2012	541.162,64	541.162,64	335
198	2011	01/01/2012	21/09/2011	24/08/2012	1.071,20	1.071,20	338
199	2011	01/01/2012	06/10/2011	12/09/2012	4.448,54	4.448,54	342
200	2011	01/01/2012	20/12/2011	27/11/2012	15.722,40	3.229,20	343
201	2011	01/01/2012	29/12/2011	06/12/2012	1.119,06	1.119,06	343
202	2011	01/01/2012	15/08/2011	27/07/2012	1.017,15	1.017,15	347
203	2011	01/01/2012	20/10/2011	02/10/2012	13.810,92	6.637,96	348
204	2011	01/01/2012	18/11/2011	01/11/2012	7.250,05	7.250,05	349
205	2011	01/01/2012	27/12/2011	14/12/2012	3.555,10	3.555,10	353
206	2011	01/01/2012	29/12/2011	18/12/2012	10.323,06	10.323,06	355
207	2011	01/01/2012	13/10/2011	02/10/2012	6.637,95	6.637,95	355
208	2011	01/01/2012	22/08/2011	13/08/2012	258,24	258,24	357
209	2011	01/01/2012	03/05/2011	26/04/2012	7.688,80	7.688,80	359
210	2011	01/01/2012	06/09/2011	31/08/2012	857,50	20,00	360
211	2011	01/01/2012	18/11/2011	14/11/2012	387.838,08	387.838,08	362
212	2011	01/01/2012	29/12/2011	26/12/2012	3.485.479,34	185.376,00	363
213	2011	01/01/2012	29/12/2011	26/12/2012	3.485.479,34	108.382,00	363
214	2011	01/01/2012	17/11/2011	14/11/2012	92.262,23	92.262,23	363
215	2011	01/01/2012	29/12/2011	26/12/2012	3.485.479,34	76.686,00	363
217	2011	01/01/2012	29/12/2011	26/12/2012	3.485.479,34	15.892,00	363
218	2011	01/01/2012	30/11/2011	27/11/2012	15.722,40	9.027,00	363
219	2011	01/01/2012	29/12/2011	26/12/2012	3.485.479,34	6.266,00	363
220	2011	01/01/2012	30/11/2011	27/11/2012	15.722,40	3.466,20	363
221	2011	01/01/2012	29/12/2011	26/12/2012	3.485.479,34	2.020,00	363
222	2011	01/01/2012	29/12/2011	28/12/2012	41.497,01	41.497,01	365
223	2011	01/01/2012	22/08/2011	22/08/2012	135,24	135,24	366
224	2011	01/01/2012	03/06/2011	05/06/2012	55.825,40	13.956,35	368
225	2011	01/01/2012	03/06/2011	05/06/2012	55.825,40	13.956,35	368

226	2011	01/01/2012	03/06/2011	05/06/2012	55.825,40	13.956,35	368
227	2011	01/01/2012	03/06/2011	05/06/2012	55.825,40	13.956,35	368
228	2011	01/01/2012	08/06/2011	13/06/2012	511,11	511,11	371
229	2011	01/01/2012	22/12/2011	28/12/2012	146.458,64	146.458,64	372
230	2011	01/01/2012	11/08/2011	17/08/2012	918,33	918,33	372
231	2011	01/01/2012	07/06/2011	15/06/2012	545,39	545,39	374
232	2011	01/01/2012	05/12/2011	14/12/2012	2.399,00	2.399,00	375
233	2011	01/01/2012	05/12/2011	14/12/2012	832,90	832,90	375
234	2011	01/01/2012	05/12/2011	14/12/2012	114,30	114,30	375
235	2011	01/01/2012	15/06/2011	26/06/2012	961,63	961,63	377
236	2011	01/01/2012	12/07/2011	24/07/2012	189,08	189,08	378
237	2011	01/01/2012	10/08/2011	23/08/2012	264,79	264,79	379
238	2011	01/01/2012	08/11/2011	23/11/2012	45.537,07	45.537,07	381
239	2011	01/01/2012	09/09/2011	25/09/2012	1.628,36	744,23	382
240	2011	01/01/2012	07/11/2011	26/11/2012	13.200,00	13.200,00	385
244	2011	01/01/2012	04/08/2011	05/09/2012	13.066,63	13.066,63	398
245	2011	01/01/2012	23/11/2011	28/12/2012	200.500,00	25.000,00	401
246	2011	01/01/2012	11/05/2011	15/06/2012	114,19	114,19	401
247	2011	01/01/2012	14/06/2011	26/07/2012	40,00	40,00	408
248	2011	01/01/2012	31/08/2011	16/10/2012	92.155,46	92.155,46	412
249	2011	01/01/2012	31/08/2011	16/10/2012	29.920,54	29.920,54	412
250	2011	01/01/2012	17/03/2011	02/05/2012	740,04	740,04	412
251	2011	01/01/2012	05/05/2011	22/06/2012	62,00	62,00	414
252	2011	01/01/2012	30/05/2011	19/07/2012	24,04	24,04	416
253	2011	01/01/2012	12/08/2011	04/10/2012	667,53	667,53	419
254	2011	01/01/2012	26/10/2011	18/12/2012	93,38	93,38	419
255	2011	01/01/2012	19/04/2011	14/06/2012	3.081,04	3.081,04	422
256	2011	01/01/2012	02/06/2011	30/07/2012	450,00	450,00	424
257	2011	01/01/2012	15/04/2011	13/06/2012	853,55	853,55	425
258	2011	01/01/2012	14/04/2011	13/06/2012	3.704,00	3.704,00	426
259	2011	01/01/2012	03/01/2011	12/03/2012	2.699,43	2.699,43	434
260	2011	01/01/2012	03/10/2011	18/12/2012	2.396,60	2.396,60	442
261	2011	01/01/2012	06/06/2011	22/08/2012	700,00	700,00	443
262	2011	01/01/2012	19/09/2011	05/12/2012	376,04	376,04	443
263	2011	01/01/2012	26/09/2011	14/12/2012	1.710,00	1.710,00	445
264	2011	01/01/2012	13/09/2011	05/12/2012	375,78	375,78	449
265	2011	01/01/2012	13/09/2011	05/12/2012	375,78	375,78	449
266	2011	01/01/2012	17/03/2011	28/06/2012	214,11	214,11	469
268	2011	01/01/2012	03/01/2011	02/05/2012	1.363,09	1.363,09	485
269	2011	01/01/2012	06/05/2011	10/09/2012	4.676,98	4.676,98	493
270	2011	01/01/2012	14/07/2011	05/12/2012	375,78	375,78	510
271	2011	01/01/2012	28/02/2011	27/07/2012	318,23	318,23	515
272	2011	01/01/2012	28/02/2011	31/07/2012	502,98	502,98	519
273	2011	01/01/2012	28/02/2011	31/07/2012	159,54	159,54	519
274	2011	01/01/2012	30/06/2011	05/12/2012	375,78	375,78	524
276	2011	01/01/2012	15/04/2011	05/10/2012	1.368,81	1.368,81	539

277	2011	01/01/2012	09/06/2011	19/12/2012	549,00	549,00	559
278	2011	01/01/2012	01/06/2011	20/12/2012	499.404,02	57.900,60	568
279	2011	01/01/2012	01/06/2011	28/12/2012	499.404,02	69.780,97	576
281	2011	01/01/2012	10/05/2011	19/12/2012	297,00	297,00	589
282	2011	01/01/2012	01/02/2011	25/09/2012	5.723,78	5.723,78	602
285	2011	01/01/2012	28/02/2011	23/11/2012	10.900,00	10.900,00	634
286	2011	01/01/2012	03/01/2011	05/10/2012	700,53	700,53	641
Total Geral					61.659.501,81	17.872.012,05	49.370
Média						64.519,90	178

Fonte: SOF – Sistema Orçamentário e Financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2014.

APÊNDICE B: Tempo Médio de Pagamento de Inscrições em Restos a Pagar no ano de 2012 relacionados ao ano de 2010

Nº	Ano do Empenho	Data de Inscrição	Data de Liquidação	Data de Pagamento	Valor Inscrito	Valor de Pagamento	Diferença de Dias (Liquidação - Pagamento)
216	2010	01/01/2012	17/11/2011	14/11/2012	16.577,47	16.577,47	363
241	2010	01/01/2012	17/12/2010	18/01/2012	17.694,00	8.974,00	397
242	2010	01/01/2012	17/12/2010	18/01/2012	17.694,00	4.520,00	397
243	2010	01/01/2012	17/12/2010	18/01/2012	17.694,00	4.200,00	397
267	2010	01/01/2012	29/12/2010	16/04/2012	69.999,99	69.999,99	474
275	2010	01/01/2012	03/01/2011	13/06/2012	100.692,00	53.300,00	527
280	2010	01/01/2012	01/03/2011	09/10/2012	299,00	299,00	588
283	2010	01/01/2012	23/08/2010	26/04/2012	1.100,00	1.100,00	612
284	2010	01/01/2012	23/08/2010	26/04/2012	279,91	279,91	612
287	2010	01/01/2012	01/09/2010	18/06/2012	139,27	139,27	656
288	2010	01/01/2012	08/06/2010	18/10/2012	2.503,59	2.503,59	863
289	2010	01/01/2012	08/08/2010	18/12/2012	418,00	418,00	863
290	2010	01/01/2012	14/07/2010	18/12/2012	1.520,00	460,00	888
291	2010	01/01/2012	07/06/2010	18/12/2012	1.520,00	1.060,00	925
Total Geral					248.131,23	163.831,23	8.562
Média						11.702,23	612

Fonte: SOF – Sistema Orçamentário e Financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2014.

APÊNDICE C: Tempo Médio de Pagamento de Inscrições em Restos a Pagar no ano de 2012 relacionados ao ano de 2009

Nº	Ano do Empenho	Data de Inscrição	Data de Liquidação	Data de Pagamento	Valor Inscrito	Valor de Pagamento	Diferença de Dias (Liquidação - Pagamento)
292	2009	01/01/2012	06/08/2009	22/05/2012	264,74	264,74	1020
293	2009	01/01/2012	06/08/2009	22/05/2012	129,92	129,92	1020
294	2009	01/01/2012	30/07/2009	22/05/2012	100,72	100,72	1027
295	2009	01/01/2012	30/07/2009	22/05/2012	100,71	100,71	1027
296	2009	01/01/2012	30/07/2009	22/05/2012	55,55	55,55	1027
297	2009	01/01/2012	27/08/2009	09/08/2012	10,00	10,00	1078
298	2009	01/01/2012	28/07/2009	09/08/2012	94,47	94,47	1108
299	2009	01/01/2012	03/09/2009	18/12/2012	44,00	44,00	1202
300	2009	01/01/2012	09/07/2009	18/12/2012	5.992,95	5.992,95	1258
Total Geral					6.793,06	6.793,06	9.767
Média						754,78	1.085

Fonte: SOF – Sistema Orçamentário e Financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2014.

APÊNDICE D: Tempo Médio de Pagamento de Inscrições em Restos a Pagar no ano de 2013 relacionados ao ano de 2012

Nº	Ano do Empenho	Data de Inscrição	Data de Liquidação	Data de Pagamento	Valor Inscrito	Valor de Pagamento	Diferença de Dias (Liquidação - Pagamento)
1	2012	01/01/2013	30/12/2013	30/12/2013	1.900.000,00	1.031.942,86	0
2	2012	01/01/2013	25/02/2013	01/03/2013	15.000,00	7.433,31	4
3	2012	01/01/2013	15/03/2013	19/03/2013	1.680,00	420,00	4
4	2012	01/01/2013	28/12/2012	02/01/2013	100.000,00	100.000,00	5
5	2012	01/01/2013	28/12/2012	02/01/2013	54.250,00	54.250,00	5
6	2012	01/01/2013	28/12/2012	02/01/2013	20.000,00	20.000,00	5
7	2012	01/01/2013	28/12/2012	02/01/2013	11.994,75	11.994,75	5
8	2012	01/01/2013	28/12/2012	02/01/2013	5.548,87	5.548,87	5
9	2012	01/01/2013	28/12/2012	02/01/2013	4.492,29	4.492,29	5
10	2012	01/01/2013	28/12/2012	02/01/2013	1.957,72	1.957,72	5
11	2012	01/01/2013	20/02/2013	28/02/2013	70.000,00	22.765,35	8
12	2012	01/01/2013	31/12/2012	09/01/2013	1.877,95	1.877,95	9
13	2012	01/01/2013	28/12/2012	07/01/2013	12.624,42	12.624,42	10
14	2012	01/01/2013	28/12/2012	07/01/2013	10.190,29	10.190,29	10
15	2012	01/01/2013	28/12/2012	07/01/2013	4.516,08	4.516,08	10
16	2012	01/01/2013	28/12/2012	07/01/2013	1.319,66	1.319,66	10
17	2012	01/01/2013	28/12/2012	07/01/2013	360,50	360,50	10
18	2012	01/01/2013	27/12/2012	07/01/2013	5.000,00	5.000,00	11
19	2012	01/01/2013	27/12/2012	07/01/2013	583,92	583,92	11
20	2012	01/01/2013	28/12/2012	09/01/2013	36.423,88	36.423,88	12

21	2012	01/01/2013	28/12/2012	09/01/2013	18.524,69	18.524,69	12
22	2012	01/01/2013	28/12/2012	09/01/2013	16.459,70	16.459,70	12
23	2012	01/01/2013	28/12/2012	09/01/2013	12.310,58	12.310,58	12
24	2012	01/01/2013	28/12/2012	09/01/2013	9.322,20	9.322,20	12
25	2012	01/01/2013	28/12/2012	09/01/2013	5.783,37	5.783,37	12
26	2012	01/01/2013	28/12/2012	09/01/2013	5.731,83	5.731,83	12
27	2012	01/01/2013	28/12/2012	09/01/2013	3.264,36	3.264,36	12
28	2012	01/01/2013	20/12/2012	02/01/2013	29.897,94	29.897,94	13
29	2012	01/01/2013	27/12/2012	09/01/2013	3.549,34	3.549,34	13
30	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	97.971,20	97.971,20	14
31	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	99.131,25	97.607,48	14
32	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	87.142,00	87.142,00	14
33	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	71.242,04	70.636,29	14
34	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	56.608,06	56.608,06	14
35	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	54.658,79	54.658,79	14
36	2012	01/01/2013	19/12/2012	02/01/2013	34.888,20	34.888,20	14
37	2012	01/01/2013	26/12/2012	09/01/2013	29.957,97	29.957,97	14
38	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	28.884,51	28.884,51	14
39	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	28.687,71	28.687,71	14
40	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	27.914,96	27.712,77	14
41	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	26.120,37	26.032,37	14
42	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	25.996,54	25.996,54	14
43	2012	01/01/2013	26/12/2012	09/01/2013	25.521,48	25.521,48	14
44	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	22.588,11	22.434,11	14
45	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	22.671,91	22.319,91	14
46	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	20.245,75	20.245,75	14
47	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	14.558,62	14.558,62	14
48	2012	01/01/2013	19/12/2012	02/01/2013	11.760,00	11.760,00	14
49	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	9.367,98	9.300,35	14
50	2012	01/01/2013	31/12/2012	14/01/2013	8.905,33	8.905,33	14
51	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	8.847,18	8.847,18	14
52	2012	01/01/2013	26/12/2012	09/01/2013	7.998,04	7.998,04	14
53	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	7.111,32	5.933,82	14
54	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	4.418,81	4.418,81	14
55	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	3.330,00	3.330,00	14
56	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	99.131,25	1.523,77	14
57	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	822,40	822,40	14
58	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	71.242,04	605,75	14
59	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	27.914,96	202,19	14
60	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/01/2013	9.367,98	67,63	14
61	2012	01/01/2013	26/12/2012	10/01/2013	1.436.977,50	467.915,00	15
62	2012	01/01/2013	12/12/2013	27/12/2013	1.768,87	1.526,87	15
63	2012	01/01/2013	26/12/2012	11/01/2013	17.371,43	16.953,20	16
64	2012	01/01/2013	26/12/2012	11/01/2013	17.371,43	418,23	16
65	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	169.711,89	158.169,54	17
66	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	139.699,30	133.147,63	17

67	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	117.832,16	109.647,07	17
68	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	67.509,89	67.509,89	17
69	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	129.259,37	67.505,17	17
70	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	53.942,47	53.942,47	17
71	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	55.479,33	50.749,45	17
72	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	38.334,09	38.334,09	17
73	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	169.712,13	37.173,90	17
74	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	23.695,04	22.733,63	17
75	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	23.534,43	22.387,15	17
76	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	16.345,91	14.792,99	17
77	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	14.527,03	14.036,47	17
78	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	169.711,89	11.542,35	17
79	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	12.312,38	11.005,92	17
80	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	11.610,55	10.982,99	17
81	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	10.668,46	9.295,09	17
82	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	117.832,16	8.185,09	17
83	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	16.012,94	7.366,44	17
84	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	7.316,66	6.853,42	17
85	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	139.699,30	6.551,67	17
86	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	8.806,33	6.183,80	17
87	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	55.479,33	4.729,88	17
88	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	4.507,37	4.507,37	17
89	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	4.704,74	4.433,06	17
90	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	4.390,26	4.390,26	17
91	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	4.279,06	3.499,90	17
92	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	3.092,32	3.092,32	17
93	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	2.663,96	2.663,96	17
94	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	8.806,33	2.622,53	17
95	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	87.577,05	1.834,39	17
96	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	1.697,06	1.697,06	17
97	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	16.345,91	1.552,92	17
98	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	1.407,60	1.407,60	17
99	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	10.668,46	1.373,37	17
100	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	12.312,38	1.306,46	17
101	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	23.534,43	1.147,28	17
102	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	23.695,04	961,41	17
103	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	16.012,94	753,32	17
104	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	4.279,06	665,95	17
105	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	11.610,55	627,56	17
106	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	14.527,03	490,56	17
107	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	7.316,66	463,24	17
108	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	4.704,74	271,68	17
109	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	66,00	66,00	17
110	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/01/2013	399,52	0,02	17
111	2012	01/01/2013	27/12/2012	14/01/2013	85.319,32	77.371,77	18
112	2012	01/01/2013	27/12/2012	14/01/2013	85.319,32	7.947,55	18

113	2012	01/01/2013	27/12/2012	14/01/2013	16.012,94	7.893,18	18
114	2012	01/01/2013	19/12/2012	07/01/2013	129.835,43	129.835,43	19
115	2012	01/01/2013	26/12/2012	14/01/2013	169.712,13	119.665,57	19
116	2012	01/01/2013	26/12/2012	14/01/2013	129.259,37	61.754,20	19
117	2012	01/01/2013	26/12/2012	14/01/2013	12.932,61	12.932,61	19
118	2012	01/01/2013	26/12/2012	14/01/2013	169.712,13	12.872,66	19
119	2012	01/01/2013	26/12/2012	14/01/2013	87.577,05	6.845,64	19
120	2012	01/01/2013	21/12/2012	09/01/2013	6.663,61	6.663,61	19
121	2012	01/01/2013	19/12/2012	07/01/2013	4.325,08	4.325,08	19
122	2012	01/01/2013	21/12/2012	09/01/2013	2.041,87	2.041,87	19
123	2012	01/01/2013	19/12/2012	07/01/2013	1.923,90	1.923,90	19
124	2012	01/01/2013	21/12/2012	10/01/2013	480.622,32	480.622,32	20
125	2012	01/01/2013	18/12/2012	07/01/2013	52.213,68	52.213,68	20
126	2012	01/01/2013	21/12/2012	10/01/2013	27.088,59	27.088,59	20
127	2012	01/01/2013	28/12/2012	17/01/2013	9.312,18	9.312,18	20
128	2012	01/01/2013	28/12/2012	17/01/2013	7.987,00	7.987,00	20
129	2012	01/01/2013	18/12/2012	07/01/2013	6.797,96	6.797,96	20
130	2012	01/01/2013	20/12/2012	09/01/2013	5.042,61	5.042,61	20
131	2012	01/01/2013	21/12/2012	10/01/2013	4.368,53	4.368,53	20
132	2012	01/01/2013	18/12/2012	07/01/2013	3.548,96	3.548,96	20
133	2012	01/01/2013	28/12/2012	17/01/2013	2.125,36	2.125,36	20
134	2012	01/01/2013	20/12/2012	09/01/2013	795,07	795,07	20
135	2012	01/01/2013	18/12/2012	07/01/2013	419,61	419,61	20
136	2012	01/01/2013	28/12/2012	18/01/2013	1.230.988,29	1.230.988,29	21
137	2012	01/01/2013	28/12/2012	18/01/2013	796.754,03	796.754,03	21
138	2012	01/01/2013	28/12/2012	18/01/2013	123.159,80	123.159,80	21
139	2012	01/01/2013	19/12/2012	09/01/2013	38.758,15	38.758,15	21
140	2012	01/01/2013	19/12/2012	09/01/2013	37.803,51	37.803,51	21
141	2012	01/01/2013	19/12/2012	09/01/2013	19.462,40	19.462,40	21
142	2012	01/01/2012	27/12/2012	29/01/2013	218.494,70	218.494,70	33
143	2012	01/01/2012	27/12/2012	29/01/2013	30.000,00	30.000,00	33
144	2012	01/01/2012	26/12/2012	29/01/2013	138.644,33	138.644,33	34
145	2012	01/01/2012	02/01/2013	07/02/2013	608.208,99	607.176,34	36
146	2012	01/01/2012	19/12/2012	29/01/2013	229.160,53	93.406,60	41
147	2012	01/01/2012	18/12/2012	29/01/2013	185.954,20	97.315,31	42
148	2012	01/01/2012	18/12/2012	29/01/2013	175.858,83	67.151,91	42
149	2012	01/01/2012	20/12/2012	25/04/2013	10.229,65	10.229,65	126
150	2012	01/01/2012	29/11/2012	24/04/2013	190.214,62	190.214,62	146
151	2012	01/01/2013	29/12/2012	14/08/2013	137.844,82	3.052,74	228
152	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/08/2013	582.240,00	582.240,00	229
153	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/08/2013	7.583,31	7.583,31	229
154	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/08/2013	169,60	169,60	229
155	2012	01/01/2013	31/12/2012	20/08/2013	49.118,46	36.479,06	232
156	2012	01/01/2013	31/12/2012	20/08/2013	49.118,46	12.639,40	232
157	2012	01/01/2013	20/06/2012	07/02/2013	63.731,00	7.572,00	232
158	2012	01/01/2013	30/12/2012	20/08/2013	433.190,80	433.190,80	233

159	2012	01/01/2013	29/12/2012	20/08/2013	200.000,00	200.000,00	234
160	2012	01/01/2013	29/12/2012	20/08/2013	36.713,00	36.713,00	234
161	2012	01/01/2013	31/12/2012	22/08/2013	16.275,34	16.275,34	234
162	2012	01/01/2013	29/12/2012	20/08/2013	14.500,00	14.500,00	234
163	2012	01/01/2013	29/12/2012	20/08/2013	7.345,00	7.345,00	234
164	2012	01/01/2013	31/12/2012	22/08/2013	109,00	109,00	234
165	2012	01/01/2013	28/12/2012	20/08/2013	71.712,74	71.712,74	235
166	2012	01/01/2013	28/12/2012	20/08/2013	21.364,00	10.801,00	235
167	2012	01/01/2013	28/12/2012	20/08/2013	21.364,00	10.563,00	235
168	2012	01/01/2013	28/12/2012	20/08/2013	7.111,32	1.177,50	235
169	2012	01/01/2013	28/12/2012	22/08/2013	27.900,00	27.900,00	237
170	2012	01/01/2013	21/12/2012	15/08/2013	6.000,00	6.000,00	237
171	2012	01/01/2013	28/12/2012	22/08/2013	5.440,00	5.440,00	237
172	2012	01/01/2013	27/12/2012	22/08/2013	2.704,00	2.704,00	238
173	2012	01/01/2013	27/12/2012	22/08/2013	2.240,00	2.240,00	238
174	2012	01/01/2013	11/06/2012	07/02/2013	91.356,74	81.758,44	241
175	2012	01/01/2013	28/12/2012	27/08/2013	1.522,53	1.522,53	242
176	2012	01/01/2013	28/12/2012	28/08/2013	24.370,10	24.370,10	243
177	2012	01/01/2013	13/12/2012	14/08/2013	2.021,95	2.021,95	244
178	2012	01/01/2013	28/12/2012	30/08/2013	7.990,00	7.990,00	245
179	2012	01/01/2013	05/06/2012	07/02/2013	535.915,06	32.570,92	247
180	2012	01/01/2013	05/06/2012	07/02/2013	535.915,06	1.526,70	247
181	2012	01/01/2013	05/12/2012	14/08/2013	49.999,99	49.999,99	252
182	2012	01/01/2013	05/12/2012	14/08/2013	7.998,00	7.998,00	252
183	2012	01/01/2013	19/12/2012	28/08/2013	5.817,00	5.817,00	252
184	2012	01/01/2013	23/11/2012	05/08/2013	734,48	734,48	255
185	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/09/2013	77.770,35	77.770,35	257
186	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/09/2013	77.770,35	77.770,35	257
187	2012	01/01/2013	06/12/2012	20/08/2013	24.017,50	24.017,50	257
188	2012	01/01/2013	12/12/2012	26/08/2013	6.156,00	6.156,00	257
189	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/09/2013	8.439,70	4.562,00	257
190	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/09/2013	8.439,70	3.877,70	257
191	2012	01/01/2013	06/12/2012	20/08/2013	2.345,20	2.345,20	257
192	2012	01/01/2013	30/11/2012	15/08/2013	203.680,00	55.500,00	258
193	2012	01/01/2013	30/11/2012	15/08/2013	203.680,00	50.500,00	258
194	2012	01/01/2013	30/11/2012	15/08/2013	203.680,00	42.180,00	258
195	2012	01/01/2013	05/12/2012	20/08/2013	9.169,20	9.169,20	258
196	2012	01/01/2013	05/12/2012	20/08/2013	6.500,00	6.500,00	258
197	2012	01/01/2013	26/12/2012	11/09/2013	38.133,01	38.133,01	259
198	2012	01/01/2013	26/12/2012	11/09/2013	38.133,01	38.133,01	259
199	2012	01/01/2013	28/11/2012	14/08/2013	23.960,00	23.960,00	259
200	2012	01/01/2013	28/11/2012	14/08/2013	17.635,00	17.186,00	259
201	2012	01/01/2013	28/11/2012	14/08/2013	16.109,80	9.960,00	259
202	2012	01/01/2013	28/11/2012	14/08/2013	16.109,80	4.689,80	259
203	2012	01/01/2013	28/11/2012	14/08/2013	16.109,80	900,00	259
204	2012	01/01/2013	28/11/2012	14/08/2013	16.109,80	560,00	259

205	2012	01/01/2013	28/11/2012	14/08/2013	17.635,00	449,00	259
206	2012	01/01/2013	27/11/2012	14/08/2013	155.385,00	67.977,00	260
207	2012	01/01/2013	28/12/2012	14/09/2013	53.840,11	53.840,11	260
208	2012	01/01/2013	27/11/2012	14/08/2013	155.385,00	9.200,00	260
209	2012	01/01/2013	05/12/2012	22/08/2013	2.744,00	2.744,00	260
210	2012	01/01/2013	11/09/2012	29/05/2013	1.324,23	1.324,23	260
211	2012	01/01/2013	12/07/2012	30/03/2013	383.146,60	139.241,00	261
212	2012	01/01/2013	12/07/2012	30/03/2013	383.146,60	125.662,00	261
213	2012	01/01/2013	12/07/2012	30/03/2013	383.146,60	61.210,00	261
214	2012	01/01/2013	12/07/2012	30/03/2013	383.146,60	57.033,60	261
215	2012	01/01/2013	28/12/2012	20/09/2013	203.810,29	203.810,29	266
216	2012	01/01/2013	28/11/2012	22/08/2013	339,00	339,00	267
217	2012	01/01/2013	21/11/2012	20/08/2013	66.433,00	50.835,00	272
218	2012	01/01/2013	21/11/2012	20/08/2013	66.433,00	15.598,00	272
219	2012	01/01/2013	13/11/2012	14/08/2013	155.385,00	39.400,00	274
220	2012	01/01/2013	13/11/2012	14/08/2013	155.385,00	28.368,00	274
221	2012	01/01/2013	13/11/2012	14/08/2013	155.385,00	10.440,00	274
222	2012	01/01/2013	13/11/2012	15/08/2013	298,00	298,00	275
223	2012	01/01/2013	21/12/2012	26/09/2013	2.326,90	2.326,90	279
224	2012	01/01/2013	21/12/2012	26/09/2013	2.115,21	2.115,21	279
225	2012	01/01/2013	13/11/2012	20/08/2013	214.999,99	116.000,00	280
226	2012	01/01/2013	13/11/2012	20/08/2013	214.999,99	98.999,99	280
227	2012	01/01/2013	13/11/2012	20/08/2013	12.820,50	12.820,50	280
228	2012	01/01/2013	12/11/2012	20/08/2013	13.500,24	13.500,24	281
229	2012	01/01/2013	23/08/2012	01/06/2013	814.299,80	562.833,20	282
230	2012	01/01/2013	23/08/2012	01/06/2013	814.299,80	251.466,60	282
231	2012	01/01/2013	31/10/2012	22/08/2013	8.026,16	8.026,16	295
232	2012	01/01/2013	28/12/2012	23/10/2013	14.798,57	14.798,57	299
233	2012	01/01/2013	03/08/2012	04/06/2013	920,00	920,00	305
234	2012	01/01/2013	26/10/2012	28/08/2013	51.186,67	51.186,67	306
235	2012	01/01/2013	26/12/2012	29/10/2013	6.500,00	6.500,00	307
236	2012	01/01/2013	21/12/2012	29/10/2013	450,00	112,50	312
237	2012	01/01/2013	25/10/2012	03/09/2013	10.900,00	10.900,00	313
238	2012	01/01/2013	28/12/2012	11/11/2013	15.963,70	15.963,70	318
239	2012	01/01/2013	28/12/2012	19/11/2013	47.037,67	47.037,67	326
240	2012	01/01/2013	27/11/2012	29/10/2013	450,00	112,50	336
241	2012	01/01/2013	28/06/2012	18/06/2013	44.051,23	44.051,23	355
242	2012	01/01/2013	28/12/2012	18/12/2013	23.049,35	23.049,35	355
243	2012	01/01/2013	28/12/2012	18/12/2013	14.274,92	13.571,11	355
244	2012	01/01/2013	28/12/2012	18/12/2013	24.317,91	12.063,41	355
245	2012	01/01/2013	28/12/2012	18/12/2013	14.274,92	703,81	355
246	2012	01/01/2013	28/12/2012	18/12/2013	356,06	356,06	355
247	2012	01/01/2013	27/12/2012	18/12/2013	4.741,80	4.741,80	356
248	2012	01/01/2013	30/08/2012	22/08/2013	123.407,90	41.635,07	357
249	2012	01/01/2013	30/08/2012	22/08/2013	123.407,90	40.955,13	357
250	2012	01/01/2013	30/08/2012	22/08/2013	123.407,90	40.817,70	357

251	2012	01/01/2013	28/12/2012	20/12/2013	36.578,76	36.578,76	357
252	2012	01/01/2013	26/12/2012	18/12/2013	24.317,91	12.254,50	357
253	2012	01/01/2013	28/12/2012	20/12/2013	1.804,66	1.804,66	357
254	2012	01/01/2013	29/08/2012	22/08/2013	6.027,54	2.057,16	358
255	2012	01/01/2013	29/08/2012	22/08/2013	6.027,54	1.992,42	358
256	2012	01/01/2013	29/08/2012	22/08/2013	6.027,54	1.977,96	358
257	2012	01/01/2013	31/12/2012	30/12/2013	100.000,00	100.000,00	364
258	2012	01/01/2013	21/08/2012	20/08/2013	82.660,00	82.660,00	364
259	2012	01/01/2013	26/12/2012	27/12/2013	81.834,15	81.834,15	366
260	2012	01/01/2013	26/12/2012	27/12/2013	81.834,15	81.834,15	366
261	2012	01/01/2013	28/12/2012	30/12/2013	114.462,40	114.462,40	367
262	2012	01/01/2013	29/12/2012	31/12/2013	31.108,00	31.108,00	367
263	2012	01/01/2013	18/12/2012	20/12/2013	8.300,22	8.300,22	367
264	2012	01/01/2013	28/12/2012	30/12/2013	8.169,88	8.169,88	367
265	2012	01/01/2013	28/12/2012	30/12/2013	5.497,30	5.497,30	367
266	2012	01/01/2013	28/12/2012	30/12/2013	4.669,12	4.669,12	367
267	2012	01/01/2013	18/12/2012	20/12/2013	2.005,00	2.005,00	367
268	2012	01/01/2013	28/12/2012	31/12/2013	300.810,00	300.810,00	368
269	2012	01/01/2013	20/12/2012	26/12/2013	18.810,00	6.840,00	371
270	2012	01/01/2013	20/12/2012	26/12/2013	2.550,00	2.550,00	371
271	2012	01/01/2013	19/10/2012	29/10/2013	450,00	112,50	375
272	2012	01/01/2013	09/08/2012	20/08/2013	95.884,89	95.884,89	376
273	2012	01/01/2013	17/05/2012	01/06/2013	409.920,00	196.312,00	380
274	2012	01/01/2013	17/05/2012	01/06/2013	409.920,00	84.952,00	380
275	2012	01/01/2013	17/05/2012	01/06/2013	409.920,00	79.056,00	380
276	2012	01/01/2013	17/05/2012	01/06/2013	409.920,00	49.600,00	380
278	2012	01/01/2013	30/11/2012	18/12/2013	24.821,67	24.821,67	383
279	2012	01/01/2013	13/12/2012	31/12/2013	13.772,39	13.772,39	383
284	2012	01/01/2013	04/12/2012	26/12/2013	146.000,00	70.300,00	387
285	2012	01/01/2013	24/08/2012	20/09/2013	78.065,00	78.065,00	392
286	2012	01/01/2013	02/10/2012	31/10/2013	3.110,00	3.110,00	394
287	2012	01/01/2013	26/09/2012	31/10/2013	450,00	112,50	400
288	2012	01/01/2013	20/11/2012	26/12/2013	146.000,00	75.700,00	401
289	2012	01/01/2013	19/11/2012	30/12/2013	420,22	420,22	406
290	2012	01/01/2013	29/06/2012	15/08/2013	1.959,95	1.959,95	412
292	2012	01/01/2013	14/05/2012	10/08/2013	22.671,91	176,00	453
293	2012	01/01/2013	14/05/2012	10/08/2013	22.671,91	176,00	453
294	2012	01/01/2013	27/09/2012	27/12/2013	8.009,10	8.009,10	456
295	2012	01/01/2013	10/05/2012	10/08/2013	22.588,11	154,00	457
296	2012	01/01/2013	07/05/2012	10/08/2013	26.120,37	88,00	460
298	2012	01/01/2013	29/02/2012	31/12/2013	3.189,14	3.189,14	671
Total Geral					24.747.201,81	14.420.631,54	45.688
Média						49.555,43	157

Fonte: SOF – Sistema Orçamentário e Financeiro da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2014.

APÊNDICE E: Tempo Médio de Pagamento de Inscrições em Restos a Pagar no ano de 2013 relacionados ao ano de 2011

Nº	Ano do Empenho	Data de Inscrição	Data de Liquidação	Data de Pagamento	Valor Inscrito	Valor de Pagamento	Diferença de Dias (Liquidação - Pagamento)
277	2011	01/01/2013	01/01/2012	18/01/2013	1.483.633,00	75.000,00	383
280	2011	01/01/2013	29/12/2011	18/01/2013	1.483.633,00	978.872,00	386
281	2011	01/01/2013	29/12/2011	18/01/2013	1.483.633,00	179.761,00	386
282	2011	01/01/2013	29/12/2011	18/01/2013	1.483.633,00	130.000,00	386
283	2011	01/01/2013	29/12/2011	18/01/2013	1.483.633,00	120.000,00	386
291	2011	01/01/2013	21/11/2011	17/01/2013	31.289,83	31.289,83	423
297	2011	01/01/2013	26/10/2011	20/08/2013	158.197,50	158.197,50	664
Total Geral					7.607.652,33	1.673.120,33	3.014
Média						239.017,19	431

Fonte: SOF – Sistema Orçamentário e Financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2014.

APÊNDICE F: Tempo Médio de Pagamento de Inscrições em Restos a Pagar no ano de 2013 relacionados ao ano de 2010

Nº	Ano do Empenho	Data de Inscrição	Data de Liquidação	Data de Pagamento	Valor Inscrito	Valor de Pagamento	Diferença de Dias (Liquidação - Pagamento)
299	2010	01/01/2013	22/06/2010	22/08/2013	11.870,00	11.870,00	1157
Total Geral					11.870,00	11.870,00	1.157
Média						11.870,00	1.157

Fonte: SOF – Sistema Orçamentário e Financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2014.

APÊNDICE G: Tempo Médio de Pagamento de Inscrições em Restos a Pagar no ano de 2013 relacionados ao ano de 2008

Nº	Ano do Empenho	Data de Inscrição	Data de Liquidação	Data de Pagamento	Valor Inscrito	Valor de Pagamento	Diferença de Dias (Liquidação - Pagamento)
300	2008	01/01/2013	08/12/2008	22/08/2013	19.300,03	19.300,03	1718
Total Geral					19.300,03	19.300,03	1.718
Média						19.300,03	1.718

Fonte: SOF – Sistema Orçamentário e Financeira da Prefeitura Municipal de Goiânia, 2014.